



Fecomércio - 10/09/2020

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac/RN: Entidade abre nova etapa de cursos gratuitos para profissionais do turismo 9

Noticias - 09/09/2020

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac RN disponibiliza novos cursos gratuitos na área de Turismo « e-Turismo 10

Noticias - 08/01/2001

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Fecomércio: Projeto Poti-Cultural Sesc 2020 vai expor a partir de setembro nas redes sociais 11

Noticias - 09/09/2020

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Projeto Poti-Cultural Sesc 2020 vai expor propostas selecionadas a partir deste mês 13

Noticias - 09/09/2020

Blog Suébster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Projeto Poti-Cultural Sesc 2020 vai expor propostas selecionadas a partir deste mês 14

Noticias - 09/09/2020

G1.Globo | Nacional

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac abre 150 vagas em cursos gratuitos de biossegurança para profissionais de turismo no RN 15

Rio Grande do Norte - 08/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Gente Que Acontece 16

Noticias - 10/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Valéria Oliveira volta aos shows virtuais 18

Noticias - 10/09/2020

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Advogado de Lula e ex-defensor de Bolsonaro são alvos de operação da PF 19

Noticias - 09/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Alvo da PF, ex-advogado dos Bolaros recebeu R\$ 2,7 milhões sob suspeita da Fecomercio 22

Noticias - 09/09/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Elite da advocacia na mira da Polícia Federal

Noticias - 09/09/2020

24

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Lava-Jato mira escritórios de advocacia acusados de desviar R\$ 151 milhões do Sistema S; advogados de Lula acusados de lider esquema, e ex-advogado de Bolsonaro também é alvo de investigação

Noticias - 09/09/2020

25

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Lava-Jato mira escritórios de advocacia acusados de desviar R\$ 151 milhões do Sistema S; advogados de Lula lideram esquema

Noticias - 09/09/2020

28

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Wassef, Zanin e outros advogados de políticos são alvos da Lava Jato

Noticias - 09/09/2020

31

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Wassef, ex-advogado da família Bolsonaro, teria recebido R\$ 2,7 mi do Sistema S irregularmente, diz MPF

Noticias - 09/09/2020

33

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Lava Jato acusa filho do presidente do STJ de receber R\$ 77 mi para influenciar decisões na corte

Noticias - 09/09/2020

34

Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Ex-advogado de Bolsonaro e advogados de Lula e de Witzel são alvos de ação que mira desvios no Sistema S - Rádio 98 FM Natal

Noticias - 09/09/2020

36

Blog Daltro Emerenciano | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

LAVA-JATO: OPERAÇÃO CONTRA ADVOGADOS DE POLÍTICOS MIRA DESVIOS DE PELO MENOS R\$ 151 MILHÕES NO SISTEMA S - Blog de Daltro Emerenciano

Noticias - 09/09/2020

38

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

PF apreende R\$ 800 mil no escritório do filho do presidente do STJ

39

Blog do Primo | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

PF encontra R\$ 800 mil no escritório do filho do presidente do STJ

41

Noticias - 09/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

OAB critica Lava Jato e promete ação contra 'criminalização da advocacia'

43

Noticias - 09/09/2020

Potengi na Internet | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Advogado de Lula e ex de Bolsonaro são alvos de operação da PF sobre desvios no Sistema S

45

Noticias - 09/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

MPF acusa filho de presidente do STJ

48

Noticias - 10/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

OAB critica Lava Jato e promete reações

50

Noticias - 10/09/2020

Blog Gustavo Negreiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

O que você precisa saber, em 2 minutos, para sair de casa bem informado nesta quinta-feira

51

Noticias - 10/09/2020

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Advogado de Lula diz ser vítima de intimidação por criticar Operação Lava Jato

53

Noticias - 09/09/2020

Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Petrobras reduz preços da gasolina e do diesel nas refinarias - Rádio 98 FM Natal

55

Noticias - 09/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Conselho do FGTS reduz juros para ampliar crédito no Norte e Nordeste - Rádio 98 FM Natal

56

Noticias - 09/09/2020

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Disparada nos preços dos alimentos; Ministra diz que governo não vai interferir

58

Noticias - 09/09/2020

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Reforma administrativa pode garantir economia de R\$ 300 bi a cofres públicos em 10 anos, diz Guedes

60

Noticias - 09/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mourão relaciona alta nos preços de alimentos a pagamento de auxílio emergencial

61

Noticias - 09/09/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes diz que salário de ministros do STF, de R\$ 39 mil, é muito baixo

62

Noticias - 09/09/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Banco do Nordeste oferece vantagens para renegociação de dívidas na Semana do Brasil

63

Noticias - 09/09/2020

Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo zera imposto de importação do arroz até o final do ano - Rádio 98 FM Natal

64

Noticias - 09/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Economia com reforma administrativa deve chegar a R\$ 300 bilhões - Rádio 98 FM Natal

65

Noticias - 09/09/2020

Notícias do Pássaro | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mourão diz que auxílio de R\$ 600 fez arroz subir, mas setor cita exportação

66

Noticias - 09/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

BNDES lança 2ª edição de programa para acelerar empresas inovadoras

68

Noticias - 09/09/2020

Potengi na Internet | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasil é um dos países com mais tempo sem aula durante pandemia

70

Noticias - 09/09/2020

Blog Daltro Emerenciano | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

BOLSONARO DIZ À BANCADA EVANGÉLICA QUE DEVE VETAR PARTE DE PERDÃO A IGREJAS PARA NÃO COMETER CRIME - Blog de Daltro Emerenciano

72

Noticias - 10/09/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Promulgada lei que destina R\$ 5 bilhões para financiar o turismo

Noticias - 09/09/2020

74

Blog Gustavo Negreiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Câmara de Comércio Exterior reduz a zero alíquota de importação de arroz

Noticias - 09/09/2020

75

Blog Tangará Acontece | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Nova Lei do Gás Natural reduzirá preços e estimulará a competitividade da indústria

Noticias - 09/09/2020

76

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro diz à bancada evangélica que deve vetar parte de perdão a igrejas para não cometer crime

Noticias - 09/09/2020

77

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Ministério da Justiça notifica supermercados e produtores por alta nos preços de alimentos

Noticias - 10/09/2020

79

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Alta vai durar uns meses, depois volta ao normal, diz secretário nacional de Política Econômica

Noticias - 10/09/2020

81

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Representante de supermercados diz para brasileiro trocar arroz por macarrão

Noticias - 10/09/2020

82

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Alta vai durar uns meses, depois volta ao normal, diz secretário nacional de Política Econômica

Noticias - 10/09/2020

84

Folha de Macaíba – Um portal a serviço de Macaíba e Grande Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Porandubas Políticas

Noticias - 09/09/2020

85

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Salário é baixo no topo da carreira, avalia Paulo Guedes

Noticias - 10/09/2020

89

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Esperança para o semiárido

Noticias - 10/09/2020

90

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Casa própria ainda é aspiração da classe média, dizem especialistas

Noticias - 10/09/2020

92

Senac/RN: Entidade abre nova etapa de cursos gratuitos para profissionais do turismo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Ilustração

Dando continuidade na série de ações previstas dentro do Plano de Retomada do Turismo, o Sistema Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do RN (Senac/RN), iniciou terça-feira (08), a partir das 14h, mais um período de matrículas em cursos gratuitos para profissionais do segmento turístico.

As inscrições seguem até a próxima segunda-feira (14), pelo endereço eletrônico www.rn.senac.br, ressalta informação do portal virtual da Fecomércio/RN.

Nesta etapa estão sendo oferecidas 150 novas vagas em cursos que têm como foco habilitar trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do turismo, com treinamentos para implementação das normas de biossegurança exigidas no Plano.

Ao todo, já são 1.300 vagas ofertadas.

Podem participar profissionais que atuam nos segmentos relacionados à atividade turística em Meios de Hospedagem; Alimentos e Bebidas; Serviços Receptivos, Espaços e Equipamentos de Lazer e Visitação.

A participação nas qualificações permitirá que as empresas se habilitem a receber o selo Turismo + Protegido, lançado pelo Governo do Estado, com o objetivo de atestar os padrões de qualidade implementados nesses empreendimentos.

Para se inscrever, é preciso ter renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos federais, comprovados por meio de auto declaração, e apresentação de documentos pessoais, como cédula de identidade, CPF, comprovante de residência e escolaridade.

Ainda conforme a notícia do portal virtual da Federação, o candidato também deve dispor de computador com acesso à internet, visto que as aulas ocorrerão à distância.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Senac RN disponibiliza novos cursos gratuitos na área de Turismo « e-Turismo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Dando continuidade à série de ações previstas no Plano de Retomada do Turismo elaborado em parceria com o Governo do Estado e entidades ligadas ao trade, o Sistema Fecomércio RN, por meio do **Senac**, deu início nesta semana a mais um período de matrículas em cursos gratuitos para profissionais do segmento turístico. As inscrições seguem até a próxima segunda-feira (14), pelo site rn.senac.br.

Nesta etapa estão sendo oferecidas 150 novas vagas em cursos que têm como foco habilitar trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do turismo, com treinamentos para implementação das normas de biossegurança exigidas no Plano. Ao todo, já são 1.300 vagas ofertadas.

Podem participar profissionais que atuam nos segmentos relacionados à atividade turística em Meios de Hospedagem; Alimentos e Bebidas; Serviços Receptivos, Espaços e Equipamentos de Lazer e Visitação. A participação nas qualificações permitirá que as empresas se habilitem a receber o Selo Turismo

Mais Protegido, lançado pelo Governo do Estado com o objetivo de atestar os padrões de qualidade implementados nesses empreendimentos.

Para se inscrever, é preciso ter renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos federais, comprovados por meio de auto declaração, e apresentação de documentos pessoais, como RG, CPF, comprovante de residência e escolaridade. O candidato também deve dispor de computador com acesso à internet, já que as aulas ocorrerão à distância.

Comentários e pings estão fechados no momento.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Fecomércio: Projeto Poti-Cultural Sesc 2020 vai expor a partir de setembro nas redes sociais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**) se prepara para expor, entre os meses de setembro e dezembro, o trabalho de 50 artistas norte-rio-grandenses selecionados pelo edital do Projeto Poti-Cultural 2020, que recebeu um total de 229 inscrições. As propostas escolhidas serão disponibilizadas ao público gratuitamente em formato digital, nos canais oficiais de comunicação da entidade do **Sistema Fecomércio RN**.

Semanalmente, a programação denominada 'Reverberando Poti' será divulgada no site e redes sociais do **Sesc RN**. O primeiro trabalho a ser exposto será 'Valéria Oliveira e o Samba', da cantora Valéria Oliveira, em formato ao vivo, no dia 10 de setembro, às 19h, por meio do Youtube.

'Estou muito feliz em ter sido selecionada pelo Poti-Cultural, que é uma iniciativa bacana, principalmente neste período, por nos permitir manter o link com nosso público nas plataformas digitais. Em breve, estaremos

no ar contando um pouco dessa minha trajetória com o samba, quando cantarei e contarei um pouco dessa história para o público', afirma Valéria.

O Poti-Cultural é uma iniciativa inédita que surgiu em meio a pandemia, com objetivo de minimizar os efeitos negativos da doença no mercado artístico-cultural, impulsionar a produção artística e colaborar para o desenvolvimento do segmento, além de levar conteúdo e bem-estar social por meio da internet. Como se trata de um produto exclusivamente digital, a apresentação pode ocorrer em diversos formatos de som ou vídeo, gravados ou ao vivo.

'Foi mais uma ação do Sesc nesta pandemia e com dois resultados positivos. Primeiro, valorizar o trabalho do artista local, abrindo as portas para os mais variados estilos. Segundo, levar conteúdo artístico-cultural para a sociedade e de maneira acessível', comenta o diretor regional do **Sesc RN**, Fernando Virgílio.

Cada artista teve a opção de inscrever uma proposta, que receberá um valor bruto de mil reais, com a condição de ser residente no RN e ter mais de 18 anos. As categorias incluem: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual, música, literatura, arte educação e patrimônio cultural, como também ações formativas em cultura.

PROGRAMAÇÃO POTI- CULTURAL 2020

SETEMBRO

Dia 10

19h - Valéria Oliveira & o Samba - com Valéria Oliveira - Classificação Livre - Youtube

Dia 13

10h - Espetáculo Sal, Menino Mar, em casa - com

Grupo de Teatro Facetas Mutretas e Outras Histórias-
Natal - Classificação Livre - Youtube

Dia 20

15h - Coco no Pé: 'Só não pode quem não se greia' -
com Coco no Pé Natal - Classificação Livre - Youtube

Dia 24

12h - Rabeca Alforriada de Fabião das Queimadas -
com Caio Padilha - Classificação Livre - Spotify

Dia 27

10h - Abay na Sua Casa: Um encontro com a cultura
popular - com Abayomi Natal - Classificação Livre -
Youtube

Dia 28

15h - Memória Discográfica Potiguar - com Abner
Moabe - Classificação Livre - Youtube

19h - Regional Choro da Terra Toca o Choro Potiguar -
com Regional Choro da Terra - Classificação Livre -
Youtube

Dia 29

12h - Podcast Prêmio Hangar de Música - com Marcelo
Veni - Classificação Livre - Spotify e Youtube

19h - Nosso Fole, Nossa Música - com Bruno Cirino -
Classificação Livre - Youtube

Dia 30

15h - Sempre Aprendendo: Musicalidade na Capoeira
Angola - com Wallace Santos da Comunidade Capoeira
Angola - Classificação Livre - Youtube

19h - Uma Casa Brasileira - Laryssa Costa e Daniel
Ribeiro - Classificação Livre - Youtube

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Projeto Poti-Cultural Sesc 2020 vai expor propostas selecionadas a partir deste mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

O Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**) se prepara para expor, entre os meses de setembro e dezembro, o trabalho de 50 artistas norte-rio-grandenses selecionados pelo edital do Projeto Poti-Cultural 2020, que recebeu um total de 229 inscrições. As propostas escolhidas serão disponibilizadas ao público gratuitamente em formato digital, nos canais oficiais de comunicação da entidade do **Sistema Fecomércio RN**.

Semanalmente, a programação denominada 'Reverberando Poti' será divulgada no site e redes sociais do **Sesc RN**. O primeiro trabalho a ser exposto será 'Valéria Oliveira e o Samba', da cantora Valéria Oliveira, em formato ao vivo, no dia 10 de setembro, às 19h, por meio do Youtube.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Projeto Poti-Cultural Sesc 2020 vai expor propostas selecionadas a partir deste mês



FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

O Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**) se prepara para expor, entre os meses de setembro e dezembro, o trabalho de 50 artistas norte-rio-grandenses selecionados pelo edital do Projeto Poti-Cultural 2020, que recebeu um total de 229 inscrições. As propostas escolhidas serão disponibilizadas ao público gratuitamente em formato digital, nos canais oficiais de comunicação da entidade do **Sistema Fecomércio RN**.

Semanalmente, a programação denominada 'Reverberando Poti' será divulgada no site e redes sociais do **Sesc RN**. O primeiro trabalho a ser exposto será 'Valéria Oliveira e o Samba', da cantora Valéria Oliveira, em formato ao vivo, no dia 10 de setembro, às 19h, por meio do Youtube.

Powered by WPematico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -

Senac abre 150 vagas em cursos gratuitos de biossegurança para profissionais de turismo no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Senac** RN abriu nesta terça-feira (8) mais 150 vagas para profissionais de turismo em cursos gratuitos que visam treinar a implementação de normas de biossegurança exigidas no Plano de Retomada do Turismo do governo estadual. As inscrições acontecem até a próxima segunda-feira (14) pelo site do **Senac**. Ao todo, 1.300 vagas já foram ofertadas.

Podem se inscrever no curso profissionais que atuam nos segmentos relacionados à atividade turística em "meios de hospedagem", "alimentos e bebidas", "serviços receptivos", "espaços e equipamentos de lazer" e "visitação".

O profissional precisa, para se inscrever, ter renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos (comprovados por meio de auto declaração), além de apresentar documentos pessoais, como RG, CPF, comprovante de residência e escolaridade. As aulas acontecem à distância, por isso é necessário que o candidato tenha computador com acesso à internet.

As empresas cujos profissionais participem dessas qualificações se habilitam a receber o selo "Turismo Mais Protegido", lançado pelo Governo do Estado. Esse selo tem o objetivo de atestar os padrões de qualidade implementados nesses empreendimentos durante esse período de pandemia.

Plano de Retomada

Segundo o Governo do RN, o Plano de Retomada do Turismo visa promover ações integradas dos empreendimentos turísticos para garantir a saúde pública e organizar a retomada gradativa das atividades, preservando os empregos e auxiliando na segurança econômica e sanitária. O cronograma do plano prevê ações de grande porte durante 18 meses.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Gente Que Acontece



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Thiago Cavalcanti

thiagosouza03@hotmail.com

'O preconceito é um fardo que confunde o passado, ameaça o futuro e torna o presente inacessível'

Maya Angelou

Quinta de Bolo & Guaraná para?

Tereza Farias Gosson, o empresário Amauri Fonseca Filho, Tânia Luz Dal Santos, o juiz Jorge Carlos, o jornalista Camilo Torquato.

Briga De Cachorro Grande

Acontece amanhã à tarde, na Academia Norte Rio Grandense de Letras, a eleição da cadeira 16, que foi ocupada por último pelo advogado Eider Furtado. Na disputa pelo fardão estão o teatrólogo Racine Santos, o advogado Armando Holanda e a escritora Naide Gouveia. Este colunista deseja boa sorte a todos!

O Rei

Depois de quatro meses sem dar as caras (sua última aparição foi numa live em maio), Roberto Carlos vai dar uma entrevista à Glória Maria, para o Globo Repórter especial sobre os 70 anos da TV no Brasil, que vai ao ar neste mês. Já o seu retorno aos shows, a previsão é que aconteça em abril de 2021, quando completa 80 anos. Se, claro, as aglomerações já forem permitidas, pois a ideia é promover um espetáculo num estádio de futebol.

Posse

O ministro Luiz Fux, de 57 anos, que assume hoje o Supremo Tribunal Federal por dois anos, será o primeiro judeu a presidir a instituição. A nova vice-presidente da Corte, pelo mesmo período, será a ministra Rosa Weber. A transmissão será on-line a partir das 16h, pelo canal do STF no youtube.

Verde Esperança

A edição de setembro da revista Vogue Brasil lançada este mês, fala de esperança, assim como os outros 25 países onde a revista é publicada, dentro do projeto Vogue Hope. Para a versão brasileira do título, a esperança está na regeneração do meio ambiente da floresta viva, sendo a Amazônia o maior símbolo dessa visão.

Rouxinol

O projeto 'Valéria Oliveira e o Samba', contemplado no edital Poti-Cultural do SESC-RN, será apresentado hoje em formato de live, às 19h, pelo canal do **SESC RN** no YouTube.

Nova Data

A 22ª edição do Festival MADA acontecerá somente em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus. O evento Música Alimento da Alma acontecerá dias 15 e

16 de outubro, no Arena das Dunas, em Natal-RN.

Créditos: Divulgação

#TBT de hoje recheado de saudades, na festa de 50 anos de Madalena Montenegro Chacon, na AABB, dia 11 de agosto de 2011. Na foto, a aniversariante com Denise Pereira Alves, Carmem Lúcia Rocha e Dadaça Alves

Créditos: Divulgação

A herdeira Gipse com a mami cinquentona Madalena Montenegro Chacon

Créditos: Divulgação

Em noite de luxo e glamour nos salões natalenses, as bacanas Teresa Maia, Mariana Dias, Luanda Galvão, Eva Sanches e Elaine Fonseca

Créditos: Divulgação

Nas varandas poderosas da Rua Afonso Pena, a presença do casal Julianny Costa/Eduardinho Marinho

Créditos: Divulgação

Dia de festa para a esfuziante Tânia Dal Santos, amanhecendo em nova primavera

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Valéria Oliveira volta aos shows virtuais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um banquinho e um violão podem manter seu mesmo encanto sonoro mesmo em uma transmissão pela internet. É o que vai mostrar a cantora Valéria Oliveira, que volta aos shows virtuais com a live do projeto 'Valéria e o Samba', exibido nesta quinta-feira, às 19h, no canal do **Sesc RN** no Youtube. O projeto foi contemplado pelo edital Poti-Cultural, e inclui duas apresentações.

Em 'Valéria Oliveira e o Samba', a artista dá prosseguimento a sua proposta de movimentar e ampliar o público do samba, contribuindo com a manutenção do legado dos grandes mestres, e inspirando novos compositores a manter a conexão com artistas atuantes na cena do samba potiguar e outros do Brasil. Nas apresentações a cantora compartilha um pouco da sua iniciação e trajetória dentro do universo do samba, o que aconteceu a partir da homenagem a Clara Nunes, e dos encontros com ícones do samba carioca como Dona Ivone Lara e a Velha Guarda da Portela.

O roteiro musical da primeira live trará sambas como 'É nacional' (Rico Dias/Valéria Oliveira), 'Do meu jeito' (Ivando Monte/Valéria Oliveira), 'Ladrão' (Luiz

Gadelha/Valéria Oliveira), 'Injúrias' (Simona Talma/Valéria Oliveira); 'Na lama, na lapa' (Khrystal/Valéria Oliveira), 'Não pense duas vezes' (Valéria Oliveira/Carlos Britto), 'Um toque' (Vinicius Lins/Valéria Oliveira), 'Confissão', 'Samba do apartamento', 'Sacrário' e 'Menina Moça' todos de Valéria Oliveira.

Nesse roteiro Valéria apresenta também um samba de Rogerinho Lucarino, que representa bem o legado do Mestre Lucarino, fundador da escola natalense Balanço do Morro. A cantora também está abrindo espaço para perguntas do público, que podem enviá-las ao perfil @coresdonossosamba. As cinco primeiras serão respondidas na live. Valéria ressalta a importância do edital Poti Cultural como 'uma contribuição para que, de alguma forma, possamos tocar nossos projetos.'

Serviço:

Projeto Valéria e o Samba.

Quinta, às 19h, no canal do **Sesc RN** no Youtube.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Advogado de Lula e ex-defensor de Bolsonaro são alvos de operação da PF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Na manhã desta quarta-feira, 9, a Polícia Federal deflagrou um operação para investigar um suposto esquema de tráfico de influência no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no TCU (Tribunal de Contas da União) com desvio de recursos públicos do **Sistema S**. Entre os alvos de mandados de busca e apreensão estão os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin e Roberto Teixeira e o ex-advogado da família do presidente Jair Bolsonaro, Frederick Wassef. As informações são da Folha.

Os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, são acusados de liderar o esquema. Os dois já se tornaram réus pelo caso.

O advogado Frederick Wassef é alvo de investigação sob suspeita de peculato e lavagem de dinheiro numa outra frente de supostos desvios.

Agentes da Polícia Federal também têm como alvos escritórios de parentes de ministros do STJ e do TCU no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Entre

eles firmas do ex-ministro César Asfor Rocha (STJ) e seu filho Caio Rocha, os advogados Eduardo Martins (filho do presidente do STJ, Humberto Martins) e Tiago Cedraz (filho do ministro do TCU Aroldo Cedraz).

As medidas de busca e apreensão foram autorizadas pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Não há entre os investigados pessoas com prerrogativas de foro, como ministros de tribunais superiores.

De acordo com o Ministério Público Federal, os denunciados desviaram R\$ 151 milhões do **Sistema S**, bancado com contribuição compulsória de empresas.

A origem da apuração foi a delação premiada do ex-presidente da Fecomércio, Sesc Rio e Senac Rio, Orlando Diniz.

De acordo com ele, os desvios começaram após o Conselho Fiscal do Sesc Nacional detectar em 2011 uma série de irregularidades na sua gestão no Sesc fluminense. O órgão federal era comandado por Carlos Eduardo Gabas, ex-ministro das gestões Lula e Dilma Rousseff.

Zanin e Teixeira foram procurados por meio do advogado Fernando Hargreaves no início de 2012. Em depoimento aos procuradores, Diniz declarou que o objetivo da contratação dos advogados era 'comprar uma solução política'.

Neste primeiro momento, o valor cobrado foi de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 1 milhão em espécie, pagos por meio do operador financeiro Álvaro Novis.

O ex-presidente do Sesc Rio diz que, após a contratação de Zanin e Teixeira, a batalha jurídica em que estava só se intensificou, exigindo repasses de mais recursos, incluindo outros escritórios de advocacia indicados pela dupla.

Diniz afirmou aos procuradores que ao longo do tempo identificou a instalação da 'lógica do 'quanto pior, melhor', pois mais contratos iam sendo assinados e os valores iam aumentando'. O escritório de Zanin e Teixeira recebeu R\$ 67,8 milhões no período sob investigação.

Os procuradores da força-tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro afirmam que os advogados indicados por Zanin e Teixeira receberam os valores sem prestar serviços. A promessa era, segundo o Ministério Público Federal, influenciar decisões no Judiciário em favor de Diniz, que enfrentava à época uma batalha jurídica para permanecer no comando das três entidades.

Para indicar a ausência de serviço, os investigadores usam como base as respostas dadas pelos escritórios à auditoria interna pela nova gestão da Fecomercio após a prisão de Diniz, em 2018. A entidade questionou as bancas quais serviços foram prestados para justificar o valor pago.

As respostas foram vagas na maior parte das vezes, segundos os investigadores. Em alguns processos indicados pelos escritórios, a única atuação comprovada era a juntada de uma procuração, enquanto a defesa se dava por meio do escritório de Zanin e Teixeira ou, em outro momento, pelo de Ana Basílio.

A investigação do Ministério Público Federal se deve ao fato de, embora instituições privadas, Sesc e Senac são bancados por meio de contribuição compulsória de empresas. Os valores são cobrados e recolhidos pela Receita Federal. Em razão disso, as duas entidades - chamadas de paraestatais pela Procuradoria- devem respeitar regras semelhantes às de licitações públicas, ainda que com exigências específicas.

Os procuradores afirmam, porém, que Zanin e Teixeira montaram, junto com Diniz, uma estrutura jurídica para que todos os recursos do Sesc/Senac Rio fossem repassados aos escritórios por meio da Fecomércio, entidade privada que não é submetida à fiscalização do Conselho Federal, do TCU (Tribunal de Contas da

União) e da CGU (Controladoria Geral da União).

O esquema montado, segundo o MPF, permitiu que os recursos cobrados das empresas fossem usados para a contratação de escritórios sem qualquer critério para a definição de preços e sem concorrência.

Embora os contratos sempre fossem assinados pela Fecomercio, o interesse discutido sempre foi particular de Diniz na batalha jurídica pelo controle do Sesc/Senac Rio.

O MPF aponta que a desproporção dos valores pagos a mando de Diniz é confirmada pelo fato da Fecomércio ter sido o principal cliente de quase todos os escritórios envolvidos no esquema. De 2013 e 2016, o valor pago pela entidade ao Teixeira e Martins Advogados é 15 vezes o pago pelo segundo principal cliente do escritório.

Para os investigadores, a atuação criminosa de Zanin foi corroborada por meio de emails obtidos em quebras de sigilo telemático autorizados pela Justiça Federal, anotações apreendidas com dirigentes da Fecomércio e documentos de uma auditoria da entidade sobre a prestação de serviços dos escritórios.

Diniz foi preso em 2018 na Operação Jabuti, que investigou o pagamento de propina do ex-presidente da Fecomércio para o ex-governador Sérgio Cabral por meio da contratação de funcionários fantasmas na Fecomercio.

Ele foi denunciado sob acusação de lavagem de dinheiro, corrupção e participação em organização criminosa junto com Cabral. Ele usou, segundo o Ministério Público Federal, operadores do emedebista para 'branquear' recursos ilegais.

Diniz foi preso em 2018 na Operação Jabuti, que investigou o pagamento de propina do ex-presidente da Fecomércio para o ex-governador Sérgio Cabral por meio da contratação de funcionários fantasmas na Fecomercio.

Ele foi denunciado sob acusação de lavagem de dinheiro, corrupção e participação em organização criminosa junto com Cabral. Ele usou, segundo o Ministério Público Federal, operadores do emedebista para 'branquear' recursos ilegais.?

*Com informações da Folha

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Alvo da PF, ex-advogado dos Bolsonaro recebeu R\$ 2,7 milhões sob suspeita da Fecomercio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O advogado Frederick Wassef é alvo de busca e apreensão da Operação Esquema S deflagrada nesta quarta-feira, 9, investigação apura desvios de recursos no **Sistema S** no Rio de Janeiro. Wassef foi advogado da família Bolsonaro até junho deste ano. As informações são da Folha.

Wassef é investigado sob suspeita de ter obtido R\$ 2,7 milhões por meio do escritório da ex-procuradora Luiza Nagib Eluf, contratada pela Fecomercio com uso de dinheiro público do Sesc/Senac Rio.

A investigação sobre o ex-defensor da família Bolsonaro faz parte da apuração do MPF sobre uso de recursos do **Sistema S** para o tráfico de influência no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no TCU (Tribunal de Contas da União).

Os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, são acusados de liderar o esquema entre 2012 e 2018. Eles receberam ao menos R\$ 67,8 milhões do **Sistema S** fluminense e foram responsáveis,

segundo a investigação, por indicar outros escritórios que participaram do suposto desvio.

A origem da apuração foi a delação premiada do ex-presidente da Fecomércio, Sesc Rio e Senac Rio, Orlando Diniz. A atuação de Wassef, ainda sob investigação, teria ocorrido por meio de outro núcleo de desvios na Fecomércio, segundo a Procuradoria.

Os recursos recebidos por ele foram direcionados por Marcelo Cazzo, inicialmente responsável pela publicidade da Fecomércio que passou a ter forte influência sobre Diniz na gestão do Sesc/Senac Rio a partir de 2016. Neste momento, Zanin e Teixeira se distanciavam do ex-presidente das entidades.

Por indicação de Cazzo, o escritório de Eluf recebeu R\$ 4,8 milhões entre dezembro de 2016 e maio de 2017 da Fecomercio, com uso de recursos públicos do Sesc/Senac. O objetivo, segundo Diniz, era organizar sindicâncias para apurar vazamentos de documentos da entidade à imprensa.

O delator afirmou, contudo, que se encontrou com a ex-procuradora apenas uma vez. Nesta reunião, ela disse que indicaria Wassef para atuar em favor da entidade. De acordo com Diniz, o advogado optou por abandonar as sindicâncias internas e conduzir a apuração dos vazamentos por meio da instauração de inquéritos policiais.

Diniz disse aos procuradores que a atuação de Wassef durou pouco tempo e 'não valeu a pena, tampouco pelos valores que foram cobrados pelo contrato'.

O MPF também aponta indícios de lavagem de dinheiro do advogado com vínculos ainda pouco claros com o esquema da Fecomércio. A Procuradoria descreve movimentação financeira atípica dele detectados pela UIF (antigo Coaf).

Entre eles estão depósitos em espécie fracionados em suas contas, com características de tentativa de fugir das regras de controle das instituições bancárias. As movimentações têm vínculos temporais com saques nas contas de sua ex-mulher Maria Cristina Boner Leo.

No período de serviço para o ex-presidente das entidades, Wassef já era aliado próximo de Bolsonaro, a quem conheceu em 2014.

Ele deixou a defesa do clã após a prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, em seu escritório em Atibaia.

Queiroz é suspeito de ser o operador da suposta 'rachadinha' no antigo gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa. O Ministério Público do Rio de Janeiro suspeita que Wassef manteve o ex-assessor de Flávio sob monitoramento no período em que esteve em sua propriedade.

*Com informações da Folha

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Elite da advocacia na mira da Polícia Federal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jair Sampaio

Um advogado baiano entrou na mira de uma operação da Lava-Jato nesta quarta-feira (9). Tiago Cedraz de Leite Oliveira, filho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, é suspeito de participar de um esquema que desviou ao menos R\$ 151 milhões do **Sistema S** do Rio, composto pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio (Fecomércio-RJ), Sesc e Senac entre 2012 e 2018.

De acordo com a PF, vários advogados prestavam serviços sem comprovação para o conjunto de instituições de interesse de categorias profissionais. A intenção, aponta a investigação, era montar uma blindagem que mantivesse o empresário Orlando Diniz no comando das entidades.

A PF está agindo em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e a Receita Federal. Estão sendo feitas buscas e apreensões em 50 endereços no Rio, São Paulo e Brasília, onde o advogado baiano atua.

Entre os alvos está o escritório Teixeira, Martins

Advogados, do advogado Roberto Teixeira, sócio de Cristiano Zanin Martins, o responsável pela defesa criminal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além deles, os escritórios da ex-primeira-dama Adriana Ancelmo, Eduardo Martins, Ana Tereza Basilio e Cesar Asfor Rocha também estão entre os investigados.

Histórico

Essa não é a primeira vez que a PF bate na porta da família Cedraz. Tiago e o pai já foram denunciados por suposto tráfico de influência. Eles são acusados de negociar e receber dinheiro da UTC para influenciar no julgamento de processos no tribunal sobre a Usina de Angra 3.

Segundo a coordenação da Lava-Jato, os dois usaram de toda a estrutura e da autoridade do elevado cargo que Aroldo ocupa como ministro do Tribunal de Contas da União, para obter vantagem econômica indevida.

No ano passado, no entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, rejeitou denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República (PGR) por considerar que não havia provas suficientes.

A coordenadora da Lava Jato na PGR Lindôra Araújo, recorreu da decisão da Segunda Turma do Supremo.

Já em 2018, a PF deflagrou mais uma fase da Operação Registro Espúrio para investigar supostos desvios de valores da Conta Especial Emprego e Salário (CEES). Tiago estava na lista de suspeitos de participação. O apartamento e o escritório foram alvos de buscas e o sócio, Bruno Galeano teve o mandado de prisão temporária decretada.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Lava-Jato mira escritórios de advocacia acusados de desviar R\$ 151 milhões do Sistema S; advogados de Lula acusados de lider esquema, e ex-advogado de Bolsonaro também é alvo de investigação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Orlando Diniz, presidente da Fecomércio Foto:

Divulgação

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quarta-feira (9) operação para investigar um suposto esquema de tráfico de influência no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no TCU (Tribunal de Contas da União) com desvio de recursos públicos do **Sistema S**.

Entre os alvos de mandados de busca e apreensão estão os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, acusados de liderar o esquema. Os dois já se tornaram réus pelo caso.

O advogado Frederick Wassef, ex-defensor da família do presidente Jair Bolsonaro, também é alvo de busca e apreensão. Ele é alvo de investigação sob suspeita de peculato e lavagem de dinheiro numa outra frente de supostos desvios.

Agentes da Polícia Federal também têm como alvos escritórios de parentes de ministros do STJ e do TCU no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Entre eles firmas do ex-ministro César Asfor Rocha (STJ) e seu filho Caio Rocha, os advogados Eduardo Martins (filho do presidente do STJ, Humberto Martins) e Tiago Cedraz (filho do ministro do TCU Aroldo Cedraz).

As medidas de busca e apreensão foram autorizadas pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Não há entre os investigados pessoas com prerrogativas de foro, como ministros de tribunais superiores.

De acordo com o Ministério Público Federal, os denunciados desviaram R\$ 151 milhões do **Sistema S**, bancado com contribuição compulsória de empresas.

A origem da apuração foi a delação premiada do ex-presidente da Fecomércio, Sesc Rio e Senac Rio, Orlando Diniz.

De acordo com ele, os desvios começaram após o Conselho Fiscal do Sesc Nacional detectar em 2011 uma série de irregularidades na sua gestão no Sesc fluminense. O órgão federal era comandado por Carlos Eduardo Gabas, ex-ministro das gestões Lula e Dilma Rousseff.

Zanin e Teixeira foram procurados por meio do advogado Fernando Hargreaves no início de 2012. Em depoimento aos procuradores, Diniz declarou que o objetivo da contratação dos advogados era 'comprar uma solução política'.

Neste primeiro momento, o valor cobrado foi de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 1 milhão em espécie, pagos por meio do operador financeiro Álvaro Novis.

O ex-presidente do Sesc Rio diz que, após a contratação de Zanin e Teixeira, a batalha jurídica em que estava só se intensificou, exigindo repasses de mais recursos, incluindo outros escritórios de advocacia indicados pela dupla.

Diniz afirmou aos procuradores que ao longo do tempo identificou a instalação da 'lógica do 'quanto pior, melhor', pois mais contratos iam sendo assinados e os valores iam aumentando'. O escritório de Zanin e Teixeira recebeu R\$ 67,8 milhões no período sob investigação.

Os procuradores da força-tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro afirmam que os advogados indicados por Zanin e Teixeira receberam os valores sem prestar serviços.

A promessa era, segundo o Ministério Público Federal, influenciar decisões no Judiciário em favor de Diniz, que enfrentava à época uma batalha jurídica para permanecer no comando das três entidades.

Para indicar a ausência de serviço, os investigadores usam como base as respostas dadas pelos escritórios à auditoria interna pela nova gestão da Fecomercio após a prisão de Diniz, em 2018. A entidade questionou as bancas quais serviços foram prestados para justificar o valor pago.

As respostas foram vagas na maior parte das vezes, segundos os investigadores. Em alguns processos indicados pelos escritórios, a única atuação comprovada era a juntada de uma procuração, enquanto a defesa se dava por meio do escritório de Zanin e Teixeira ou, em outro momento, pelo de Ana Basílio.

A investigação do Ministério Público Federal se deve ao fato de, embora instituições privadas, Sesc e Senac são bancados por meio de contribuição compulsória de empresas.

Os valores são cobrados e recolhidos pela Receita Federal. Em razão disso, as duas entidades -chamadas de paraestatais pela Procuradoria- devem respeitar regras semelhantes às de licitações públicas, ainda que

com exigências específicas.

Os procuradores afirmam, porém, que Zanin e Teixeira montaram, junto com Diniz, uma estrutura jurídica para que todos os recursos do Sesc/Senac Rio fossem repassados aos escritórios por meio da Fecomércio, entidade privada que não é submetida à fiscalização do Conselho Federal, do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria Geral da União).

O esquema montado, segundo o MPF, permitiu que os recursos cobrados das empresas fossem usados para a contratação de escritórios sem qualquer critério para a definição de preços e sem concorrência.

Embora os contratos sempre fossem assinados pela Fecomercio, o interesse discutido sempre foi particular de Diniz na batalha jurídica pelo controle do Sesc/Senac Rio.

O MPF aponta que a desproporção dos valores pagos a mando de Diniz é confirmada pelo fato da Fecomércio ter sido o principal cliente de quase todos os escritórios envolvidos no esquema. De 2013 e 2016, o valor pago pela entidade ao Teixeira e Martins Advogados é 15 vezes o pago pelo segundo principal cliente do escritório.

Para os investigadores, a atuação criminosa de Zanin foi corroborada por meio de emails obtidos em quebras de sigilo telemático autorizados pela Justiça Federal, anotações apreendidas com dirigentes da Fecomércio e documentos de uma auditoria da entidade sobre a prestação de serviços dos escritórios.

Diniz foi preso em 2018 na Operação Jabuti, que investigou o pagamento de propina do ex-presidente da Fecomércio para o ex-governador Sérgio Cabral por meio da contratação de funcionários fantasmas na Fecomercio.

Ele foi denunciado sob acusação de lavagem de dinheiro, corrupção e participação em organização criminosa junto com Cabral. Ele usou, segundo o Ministério Público Federal, operadores do emedebista

para 'branquear' recursos ilegais.?

Folha de São Paulo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
SISTEMA S

Lava-Jato mira escritórios de advocacia acusados de desviar R\$ 151 milhões do Sistema S; advogados de Lula lideram esquema



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jair Sampaio

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quarta-feira (9) operação para investigar um suposto esquema de tráfico de influência no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no TCU (Tribunal de Contas da União) com desvio de recursos públicos do **Sistema S**.

Entre os alvos de mandados de busca e apreensão estão os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, acusados de liderar o esquema. Os dois já se tornaram réus pelo caso.

O advogado Frederick Wassef, ex-defensor da família do presidente Jair Bolsonaro, também é alvo de busca e apreensão. Ele é alvo de investigação sob suspeita de peculato e lavagem de dinheiro numa outra frente de supostos desvios.

Agentes da Polícia Federal também têm como alvos escritórios de parentes de ministros do STJ e do TCU no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Entre

eles firmas do ex-ministro César Asfor Rocha (STJ) e seu filho Caio Rocha, os advogados Eduardo Martins (filho do presidente do STJ, Humberto Martins) e Tiago Cedraz (filho do ministro do TCU Aroldo Cedraz).

As medidas de busca e apreensão foram autorizadas pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Não há entre os investigados pessoas com prerrogativas de foro, como ministros de tribunais superiores.

De acordo com o Ministério Público Federal, os denunciados desviaram R\$ 151 milhões do **Sistema S**, bancado com contribuição compulsória de empresas.

A origem da apuração foi a delação premiada do ex-presidente da Fecomércio, Sesc Rio e Senac Rio, Orlando Diniz.

De acordo com ele, os desvios começaram após o Conselho Fiscal do Sesc Nacional detectar em 2011 uma série de irregularidades na sua gestão no Sesc fluminense. O órgão federal era comandado por Carlos Eduardo Gabas, ex-ministro das gestões Lula e Dilma Rousseff.

Zanin e Teixeira foram procurados por meio do advogado Fernando Hargreaves no início de 2012. Em depoimento aos procuradores, Diniz declarou que o objetivo da contratação dos advogados era 'comprar uma solução política'.

Neste primeiro momento, o valor cobrado foi de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 1 milhão em espécie, pagos por meio do operador financeiro Álvaro Novis.

O ex-presidente do Sesc Rio diz que, após a contratação de Zanin e Teixeira, a batalha jurídica em que estava só se intensificou, exigindo repasses de mais recursos, incluindo outros escritórios de advocacia indicados pela dupla.

Diniz afirmou aos procuradores que ao longo do tempo identificou a instalação da 'lógica do 'quanto pior, melhor', pois mais contratos iam sendo assinados e os valores iam aumentando'. O escritório de Zanin e Teixeira recebeu R\$ 67,8 milhões no período sob investigação.

Os procuradores da força-tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro afirmam que os advogados indicados por Zanin e Teixeira receberam os valores sem prestar serviços.

A promessa era, segundo o Ministério Público Federal, influenciar decisões no Judiciário em favor de Diniz, que enfrentava à época uma batalha jurídica para permanecer no comando das três entidades.

Para indicar a ausência de serviço, os investigadores usam como base as respostas dadas pelos escritórios à auditoria interna pela nova gestão da Fecomercio após a prisão de Diniz, em 2018. A entidade questionou as bancas quais serviços foram prestados para justificar o valor pago.

As respostas foram vagas na maior parte das vezes, segundos os investigadores. Em alguns processos indicados pelos escritórios, a única atuação comprovada era a juntada de uma procuração, enquanto a defesa se dava por meio do escritório de Zanin e Teixeira ou, em outro momento, pelo de Ana Basílio.

A investigação do Ministério Público Federal se deve ao fato de, embora instituições privadas, Sesc e Senac são bancados por meio de contribuição compulsória de empresas.

Os valores são cobrados e recolhidos pela Receita Federal. Em razão disso, as duas entidades -chamadas de paraestatais pela Procuradoria- devem respeitar regras semelhantes às de licitações públicas, ainda que com exigências específicas.

Os procuradores afirmam, porém, que Zanin e Teixeira montaram, junto com Diniz, uma estrutura jurídica para que todos os recursos do Sesc/Senac Rio fossem

repassados aos escritórios por meio da Fecomércio, entidade privada que não é submetida à fiscalização do Conselho Federal, do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria Geral da União).

O esquema montado, segundo o MPF, permitiu que os recursos cobrados das empresas fossem usados para a contratação de escritórios sem qualquer critério para a definição de preços e sem concorrência.

Embora os contratos sempre fossem assinados pela Fecomercio, o interesse discutido sempre foi particular de Diniz na batalha jurídica pelo controle do Sesc/Senac Rio.

O MPF aponta que a desproporção dos valores pagos a mando de Diniz é confirmada pelo fato da Fecomércio ter sido o principal cliente de quase todos os escritórios envolvidos no esquema. De 2013 e 2016, o valor pago pela entidade ao Teixeira e Martins Advogados é 15 vezes o pago pelo segundo principal cliente do escritório.

Para os investigadores, a atuação criminosa de Zanin foi corroborada por meio de emails obtidos em quebras de sigilo telemático autorizados pela Justiça Federal, anotações apreendidas com dirigentes da Fecomércio e documentos de uma auditoria da entidade sobre a prestação de serviços dos escritórios.

Diniz foi preso em 2018 na Operação Jabuti, que investigou o pagamento de propina do ex-presidente da Fecomércio para o ex-governador Sérgio Cabral por meio da contratação de funcionários fantasmas na Fecomercio.

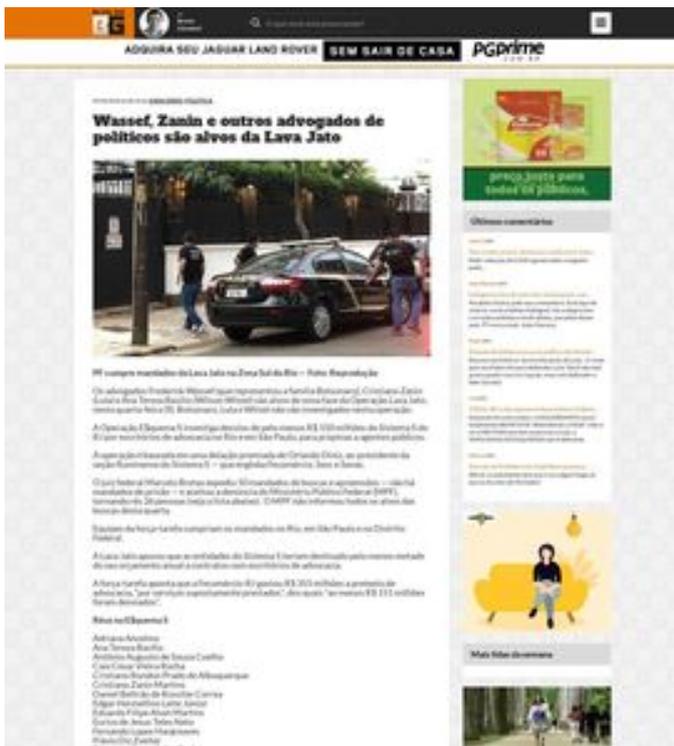
Ele foi denunciado sob acusação de lavagem de dinheiro, corrupção e participação em organização criminosa junto com Cabral. Ele usou, segundo o Ministério Público Federal, operadores do emedebista para 'branquear' recursos ilegais.?

Folha de São Paulo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

SISTEMA S

Wassef, Zanin e outros advogados de políticos são alvos da Lava Jato



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

PF cumpre mandados da Lava Jato na Zona Sul do Rio
- Foto: Reprodução

Os advogados Frederick Wassef (que representou a família Bolsonaro), Cristiano Zanin (Lula) e Ana Tereza Basílio (Wilson Witzel) são alvos de nova fase da Operação Lava Jato, nesta quarta-feira (9). Bolsonaro, Lula e Witzel não são investigados nesta operação.

A Operação E\$quema S investiga desvios de pelo menos R\$ 150 milhões do **Sistema S** do RJ por escritórios de advocacia no Rio e em São Paulo, para propinas a agentes públicos.

A operação é baseada em uma delação premiada de Orlando Diniz, ex-presidente da seção fluminense do **Sistema S** - que engloba Fecomércio, Sesc e Senac.

O juiz federal Marcelo Bretas expediu 50 mandados de buscas e apreensões - não há mandados de prisão - e aceitou a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), tornando réus 26 pessoas (veja a lista abaixo) . O MPF

não informou todos os alvos das buscas desta quarta.

Equipes da força-tarefa cumpriam os mandados no Rio, em São Paulo e no Distrito Federal.

A Lava Jato apurou que as entidades do **Sistema S** teriam destinado pelo menos metade do seu orçamento anual a contratos com escritórios de advocacia.

A força-tarefa aponta que a Fecomércio-RJ gastou R\$ 355 milhões a pretexto de advocacia, 'por serviços supostamente prestados', dos quais 'ao menos R\$ 151 milhões foram desviados'.

Réus na E\$quema S

Adriana Ancelmo

Ana Tereza Basílio

Antônio Augusto de Souza Coelho

Caio Cesar Vieira Rocha

Cristiano Rondon Prado de Albuquerque

Cristiano Zanin Martins

Daniel Beltrão de Rossiter Correa

Edgar Hermellino Leite Júnior

Eduardo Filipe Alves Martins

Eurico de Jesus Teles Neto

Fernando Lopes Hargreaves

Flávio Diz Zveiter

Francisco Cesar Asfor Rocha

Hermann de Almeida Melo

Jamilson Santos de Farias

João Cândido Ferreira Leão

José Roberto de Albuquerque Sampaio

Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira

Marcelo Henrique de Oliveira

Marcelo José Salles de Almeida

Marcelo Rossi Nobre

Orlando Santos Diniz

Roberto Teixeira

Sérgio Cabral

Tiago Cedraz Leite Oliveira

Vladimir Spínola Silva

Investigação por suspeita de corrupção

Diniz já havia sido preso, em 2018, em desdobramento da Operação Lava Jato no Rio. No mesmo ano, porém, o ex-executivo foi solto por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por volta das 6h, os policiais chegaram em um endereço na Rua Urbano Santos, na Urca, e na Avenida Visconde de Albuquerque, no Leblon, ambos na Zona Sul da cidade.

Pouco depois, os policiais estiveram em um endereço na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, no condomínio Golden Green, na Barra da Tijuca. Os mandados foram expedidos pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal do Rio.

O ex-empresário foi detido por suspeita de lavagem de dinheiro, corrupção e integrar organização criminosa.

Um dos crimes investigados na época era a contratação de 'funcionários fantasmas' pelo Sesc e pelo Senac (ligados à Fecomércio). Por exemplo, uma chef de cozinha para o Palácio Guanabara e uma governanta do ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Elas recebiam salários pelas entidades.

Diniz ficou quatro meses preso. Em junho, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes concedeu habeas corpus ao ex-empresário.

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Wassef, ex-advogado da família Bolsonaro, teria recebido R\$ 2,7 mi do Sistema S irregularmente, diz MPF



CNN BRASIL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

O advogado Frederick Wassef, alvo de operação da Polícia Federal (PF) na manhã desta quarta-feira (9/9), é investigado por ter recebido de forma irregular R\$ 2,7 milhões de dinheiro público. O montante teria sido obtido por meio de contratos realizados entre o escritório da ex-procuradora Luiza Nagib Eluf e a Fecomércio do Rio de Janeiro, segundo a PF.

O esquema é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF). Ao todo, 26 pessoas, entre elas 23 advogados e o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, foram denunciados.

Frederick Wassef atuou na defesa da família do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) até junho deste ano, quando resolveu se afastar para, segundo ele, não prejudicar o presidente.

Lava Jato acusa filho do presidente do STJ de receber R\$ 77 mi para influenciar decisões na corte



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Segundo a Operação Lava-Jato o advogado Eduardo Martins, filho do recém-empossado presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Humberto Martins, recebeu cerca de R\$ 77 milhões da Fecomércio do Rio de Janeiro para influenciar em decisões de ministros da Corte. As informações são da Folha.

Eduardo é alvo de uma ação da Lava Jato deflagrada nesta quarta-feira, 9, que mira escritórios de advocacia, investigados pelo MPF (Ministério Público Federal) por suspeitas de serem usados para desviar recursos do **Sistema S** fluminense.

A missão de Eduardo, segundo o MPF, seria a de obter junto ao STJ decisões que pudessem manter Orlando Diniz à frente da Fecomércio fluminense. Diniz foi preso pela Lava Jato e firmou acordo de delação premiada com a procuradoria.

O ministro Humberto Martins, pai do advogado, assumiu a Presidência do STJ no final de agosto. Antes, ele ocupava o cargo de corregedor nacional de Justiça.

Os investigadores acusam Eduardo dos crimes de organização criminosa, exploração de prestígio, estelionato e lavagem de ativos.

Na decisão em que acatou a denúncia do MPF e determinou a realização de buscas e apreensão, o juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro, apontou o recebimento de valores pelo advogado em dois trechos.

'De forma livre e consciente, entre 23.12.2015 e 29.4.2016, em quinze oportunidades diferentes, Eduardo Martins desviou para si e para Cesar Rocha, com a ajuda também livre e consciente de Orlando Diniz e Cristiano Zanin, R\$ 37.400.000,00 (trinta e sete milhões e quatrocentos mil reais) do SESC/RJ e do SENAC/RJ.'

Cesar Rocha é o ex-ministro e ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha. Cristiano Zanin é o advogado que atua na defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos são alvos da operação desta quarta-feira e foram também denunciados pelo MPF. Zanin afirma ser vítima de intimidação por criticar a Lava Jato.

O despacho de Bretas narrou um segundo evento em que valores transferidos pela Fecomércio ao advogado Eduardo Martins foram considerados ilícitos.

'De forma livre e consciente, entre 23.12.2015 e 4.7.2017, em vinte e três oportunidades diferentes, Eduardo Martins desviou para si, com a ajuda também livre e consciente de Orlando Diniz e Cristiano Zanin, R\$ 40.100.000,00 (quarenta milhões e cem mil reais) do SESC/RJ e do SENAC/RJ.'

De acordo com os procuradores da República, houve formalização de contratos de honorários advocatícios firmados com a Fecomércio/RJ, 'feitos para conferir aparência de legalidade à exploração de prestígio antes

narrada'.

A denúncia apontou que, em relação aos R\$ 40,1 milhões, foram providenciados cinco contratos de honorários advocatícios 'ideologicamente falsos' firmados pela Fecomércio/RJ com diferentes escritórios de advocacia.

Entre esses escritórios de advocacia, segundo o Ministério Público, um deles é ligado a Jamilson Santos de Farias, de quem Eduardo já manteve sociedade.

Em contrapartida, foram emitidas 23 notas fiscais, 'todos esses documentos ideologicamente falsos na medida em que os serviços neles especificados não foram prestados', narra a denúncia do MPF.

Quanto aos R\$ 37,4 milhões, a procuradoria afirmou que foram elaborados três contratos de honorários advocatícios, firmados entre a Fecomércio/RJ e o escritório de Advocacia Martins, de propriedade de Eduardo.

Neste caso, o MPF afirmou que foram emitidas 15 notas fiscais, 'todos esses documentos ideologicamente falsos na medida em que os serviços neles especificados não foram prestados'.

A Lava Jato acusa também o advogado Tiago Cedraz, filho do ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Aroldo Cedraz, de tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

De acordo com o MPF, o ex-governador Sérgio Cabral e a ex-primeira-dama do Rio Adriana Anselmo, solicitaram a Orlando Diniz a contratação de Tiago a pretexto de influenciar atos praticados pelo Tribunal de Contas da União'.

'Orlando Diniz e Tiago Cedraz, com auxílio de Sérgio Cabral e Adriana Anselmo, de modo consciente e voluntário, desviaram, em proveito de Tiago Cedraz, recursos do SESC/RJ e SENAC/RJ, por intermédio da Fecomércio/RJ, no valor total de R\$ 13.703.333,33', segundo trecho da denúncia.

*Com informações da Folha

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Ex-advogado de Bolsonaro e advogados de Lula e de Witzel são alvos de ação que mira desvios no Sistema S - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os advogados Frederic Wassef (que representou a família Bolsonaro), Cristiano Zanin (Lula) e Ana Tereza Basílio (Wilson Witzel) são alvos de nova fase da Operação Lava Jato, nesta quarta-feira (9). Bolsonaro, Lula e Witzel não são investigados nesta operação.

A Operação E\$quema S investiga desvios de pelo menos R\$ 150 milhões do **Sistema S** do RJ por escritórios de advocacia no Rio e em São Paulo, para propinas a agentes públicos.

A operação é baseada em uma delação premiada de Orlando Diniz, ex-presidente da seção fluminense do **Sistema S** - que engloba Fecomércio, Sesc e Senac.

O juiz federal Marcelo Bretas expediu 50 mandados de buscas e apreensões - não há mandados de prisão - e aceitou a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), tornando réus 26 pessoas (veja a lista abaixo) .

Segundo o MPF, um dos escritórios alvo de buscas - o Eluf e Santos - foi contratado no esquema para repassar

dinheiro a Wassef.

A Lava Jato apurou que as entidades do **Sistema S** teriam destinado pelo menos metade do seu orçamento anual a contratos com escritórios de advocacia.

A força-tarefa aponta que a Fecomércio-RJ, por exemplo, gastou R\$ 355 milhões a pretexto de advocacia, 'por serviços supostamente prestados', dos quais 'ao menos R\$ 151 milhões foram desviados'.

Segundo o MPF, alguns dos pagamentos foram 'sob contratos de prestação de serviços advocatícios ideologicamente falsos'; sem contratação formal e sem critérios técnicos, como concorrência ou licitação.

Adriana Ancelmo Ana Tereza Basílio Antônio Augusto de Souza Coelho Caio Cesar Vieira Rocha Cristiano Rondon Prado de Albuquerque Cristiano Zanin Martins Daniel Beltrão de Rossiter Correa Edgar Hermellino Leite Júnior Eduardo Filipe Alves Martins Eurico de Jesus Teles Neto Fernando Lopes Hargreaves Flávio Diz Zveiter Francisco Cesar Asfor Rocha Hermann de Almeida Melo Jamilson Santos de Farias João Cândido Ferreira Leão José Roberto de Albuquerque Sampaio Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira Marcelo Henrique de Oliveira Marcelo José Salles de Almeida Marcelo Rossi Nobre Orlando Santos Diniz Roberto Teixeira Sérgio Cabral Tiago Cedraz Leite Oliveira Vladimir Spíndola Silva

Equipes da força-tarefa cumpriam os mandados no Rio, em São Paulo e no Distrito Federal.

Por volta das 6h, os policiais chegaram em um endereço na Rua Urbano Santos, na Urca, e na Avenida Visconde de Albuquerque, no Leblon, ambos na Zona Sul da cidade.

Pouco depois, os policiais estiveram em um endereço na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, no condomínio

Golden Green, na Barra da Tijuca. Os mandados foram expedidos pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal do Rio.

Diniz já havia sido preso, em 2018, em desdobramento da Operação Lava Jato no Rio. No mesmo ano, porém, o ex-executivo foi solto por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ex-empresário foi detido por suspeita de lavagem de dinheiro, corrupção e integrar organização criminosa.

Um dos crimes investigados na época era a contratação de 'funcionários fantasmas' pelo Sesc e pelo Senac (ligados à Fecomércio). Por exemplo, uma chef de cozinha para o Palácio Guanabara e uma governanta do ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Elas recebiam salários pelas entidades.

Diniz ficou quatro meses preso. Em junho, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes concedeu habeas corpus ao ex-empresário.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

LAVA-JATO: OPERAÇÃO CONTRA ADVOGADOS DE POLÍTICOS MIRA DESVIOS DE PELO MENOS R\$ 151 MILHÕES NO SISTEMA S

- Blog de Daltro Emerenciano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O novo desdobramento da operação Lava-Jato aponta para a participação de escritórios de advocacia ligados a políticos que ocupam ou já ocuparam cargos majoritários. Roberto Teixeira e Cristiano Zanin, responsáveis pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; Frederick Wassef, ligado à família Bolsonaro; e Ana Tereza Basílio, que advoga para o governador afastado do Rio, Wilson Witzel, estão entre os principais alvos de buscas e apreensão.

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou sócios de escritórios de advocacia que receberam pelo menos R\$ 151 milhões da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) entre 2012 e 2018, sem comprovar o serviço prestado. O objetivo era montar uma blindagem que mantivesse o empresário Orlando Diniz no comando da entidade.

Dos 26 denunciados, 23 são advogados, um deles ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de um auditor fiscal do Tribunal de Contas da União (TCU),

do ex-governador Sérgio Cabral e o próprio Diniz. O chamado 'núcleo duro' do esquema é acusado pelo MPF de peculato - pelo desvio de dinheiro público do **Sistema S** -, tráfico de influência e exploração de prestígio e de organização criminosa. Os demais escritórios são acusados de peculato, alguns deles também de exploração de prestígio.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

PF apreende R\$ 800 mil no escritório do filho do presidente do STJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Reprodução/Record TV

A Polícia Federal apreendeu na manhã desta quarta-feira (9), no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, R\$ 100 mil em espécie e um cheque de R\$ 700 mil no escritório do advogado Eduardo Martins. Ele é filho do presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Humberto Martins, e investigado pela força tarefa da Lava Jato por suposto desvio de dinheiro no **Sistema S**.

Conforme o R7 Planalto apurou, as cédulas de R\$ 50 e R\$ 100 estavam em uma sacola de papel, modo normalmente utilizado para pagamentos ocultos em locais públicos. O advogado disse que seriam honorários pagos em dinheiro. Os agentes também encontraram e apreenderam um cheque de R\$ 700 mil em nome de Eduardo Martins.

A denúncia ofertada pela Lava Jato do Rio contra Eduardo Martins aponta que ele teria sido contratado para 'tentar influir em atos da corte'. De acordo com o documento, ele teria recebido R\$ 5,5 milhões para atuar

no tribunal..

Um trecho da denúncia diz que 'entre fevereiro e maio de 2014, de forma livre e consciente, CRISTIANO ZANIN, com a ajuda também livre e consciente de FERNANDO HARGREAVES e aquiescência de EDUARDO MARTINS, solicitou e obteve de ORLANDO DINIZ a contratação de EDUARDO MARTINS, pela quantia de R\$ 5.500.000, a pretexto de influir em atos praticados por ministros do Superior Tribunal de Justiça. (Exploração de prestígio, art. 357, caput, do Código Penal - Conjunto de fatos 23)'. O MPF afirma que a Fecomércio se tornou o melhor cliente do escritório de Martins.

A operação de hoje batizada de Operação E\$QUEMA S, pela PF, Receita e pelo MPF, tem como finalidade desarticular estrutura irregular de pagamento a escritórios de advocacia que atuavam em conluio com o ex gestor da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ), Orlando Diniz. As investigações apontam o desvio de recursos de entidades do **Sistema S** (SESC / SENAC).

Aproximadamente 170 policiais federais, divididos em 44 equipes, dão cumprimento a 51 mandados de busca e apreensão, em seis estados (RJ, SP, DF, AL, CE e PE) da Federação. Os mandados judiciais foram expedidos pela 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Os investigados responderão pelos crimes de tráfico de influência, exploração de prestígio, peculato, estelionato, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O que dizem os investigados

Procurado, Eduardo Martins não atendeu aos contatos da Record TV. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) também foi questionado e irá enviar posicionamento em breve.

R7

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
SISTEMA S

PF encontra R\$ 800 mil no escritório do filho do presidente do STJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: renato renato

A Polícia Federal apreendeu na manhã desta quarta-feira (9), no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, R\$ 100 mil em espécie e um cheque de R\$ 700 mil no escritório do advogado Eduardo Martins. Ele é filho do presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Humberto Martins, e investigado pela força tarefa da Lava Jato por suposto desvio de dinheiro no **Sistema S**.

Conforme o R7 Planalto apurou, as cédulas de R\$ 50 e R\$ 100 estavam em uma sacola de papel, modo normalmente utilizado para pagamentos ocultos em locais públicos. O advogado disse que seriam honorários pagos em dinheiro. Os agentes também encontraram e apreenderam um cheque de R\$ 700 mil em nome de Eduardo Martins.

A denúncia ofertada pela Lava Jato do Rio contra Eduardo Martins aponta que ele teria sido contratado para 'tentar influir em atos da corte'. De acordo com o documento, ele teria recebido R\$ 5,5 milhões para atuar no tribunal..

Um trecho da denúncia diz que 'entre fevereiro e maio de 2014, de forma livre e consciente, CRISTIANO ZANIN, com a ajuda também livre e consciente de FERNANDO HARGREAVES e aquiescência de EDUARDO MARTINS, solicitou e obteve de ORLANDO DINIZ a contratação de EDUARDO MARTINS, pela quantia de R\$ 5.500.000, a pretexto de influir em atos praticados por ministros do Superior Tribunal de Justiça. (Exploração de prestígio, art. 357, caput, do Código Penal - Conjunto de fatos 23)'. O MPF afirma que a Fecomércio se tornou o melhor cliente do escritório de Martins.

A operação de hoje batizada de Operação E\$QUEMA S, pela PF, Receita e pelo MPF, tem como finalidade desarticular estrutura irregular de pagamento a escritórios de advocacia que atuavam em conluio com o ex gestor da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ), Orlando Diniz. As investigações apontam o desvio de recursos de entidades do **Sistema S** (SESC / SENAC).

Aproximadamente 170 policiais federais, divididos em 44 equipes, dão cumprimento a 51 mandados de busca e apreensão, em seis estados (RJ, SP, DF, AL, CE e PE) da Federação. Os mandados judiciais foram expedidos pela 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Os investigados responderão pelos crimes de tráfico de influência, exploração de prestígio, peculato, estelionato, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O que dizem os investigados

Procurado, Eduardo Martins não atendeu aos contatos da Record TV. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) também foi questionado e irá enviar posicionamento em breve.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
SISTEMA S

OAB critica Lava Jato e promete ação contra 'criminalização da advocacia'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reagiu à operação deflagrada nesta quarta-feira, 9, pela força-tarefa da Lava Jato no Rio contra escritórios de advocacia investigados por suposta operacionalização de desvios de recursos do **Sistema S** fluminense (Sesc-RJ, Senac-RJ e Fecomércio-RJ).

Por meio da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia e da Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas, a entidade classificou a ação como 'clara iniciativa de criminalização da advocacia brasileira' e informou que tomará medidas administrativas e judiciais.

"Ao tempo que ansiamos por um Brasil limpo e de combate à corrupção, não apartaremos do devido processo legal, tampouco de seus valiosos instrumentos, dentre eles, as prerrogativas da advocacia", diz um trecho da nota divulgada à imprensa.

A manifestação também alerta que o desrespeito à advocacia livre fere princípios da própria democracia.

"As prerrogativas da advocacia e persecução penal são elementos jurídicos harmônicos e absolutamente conciliáveis. O processo de criminalização da advocacia, que desrespeita as prerrogativas, é ditatorial e atenta contra o Estado de Direito e à Democracia. Não há estado democrático sem uma advocacia livre", afirma a Ordem dos Advogados do Brasil.

O presidente da entidade, Felipe Santa Cruz, também se manifestou nas redes sociais. Em sua conta no Twitter, classificou a operação como uma tentativa de intimidação e chamou o ex-presidente da Fecomércio do Rio, Otávio Diniz, que delatou o suposto esquema, de 'criminoso'.

"Quase todos os advogados importantes do meu estado participaram de uma organização criminosa? Criminoso é o delator, não os advogados! Pensam que vão nos intimidar. Não nos conhecem", escreveu Santa Cruz.

Advogados renomados no meio político foram alvos da Operação E\$quema S, deflagrada pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita para investigar suposta estrutura irregular de pagamentos milionários a escritórios de advocacia e possíveis desvios das seções fluminenses do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac RJ) e Federação do Comércio (Fecomércio RJ).

A ação mira profissionais com currículos relevantes, sobretudo em Brasília, e que carregam no sobrenome suas maiores credenciais, a exemplo de filhos de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os agentes cumpriram 51 mandados de busca e apreensão. Endereços ligados a Frederick Wassef, ex-advogado da família Bolsonaro, Cristiano Zanin, defensor do ex-presidente Lula, Ana Tereza Basilio, que representa judicialmente o governador afastado do Rio Wilson Witzel, e da procuradora de Justiça de São

Paulo Luiza Nagib Eluf, foram vasculhados.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
SISTEMA S

Advogado de Lula e ex de Bolsonaro são alvos de operação da PF sobre desvios no Sistema S



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: www.potenginainternet.com

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quarta-feira (9) operação para investigar um suposto esquema de tráfico de influência no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no TCU (Tribunal de Contas da União) com desvio de recursos públicos do **Sistema S**.

Operação cumpre mandato de buscas nas casas dos suspeitos | Reprodução

Entre os alvos de mandados de busca e apreensão estão os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, acusados de liderar o esquema. Os dois já se tornaram réus pelo caso.

O advogado Frederick Wassef, ex-defensor da família do presidente Jair Bolsonaro, também é alvo de busca e apreensão. Ele é alvo de investigação sob suspeita de peculato e lavagem de dinheiro numa outra frente de supostos desvios.

Agentes da Polícia Federal também têm como alvos escritórios de parentes de ministros do STJ e do TCU no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Entre eles firmas do ex-ministro César Asfor Rocha (STJ) e seu filho Caio Rocha, os advogados Eduardo Martins (filho do presidente do STJ, Humberto Martins) e Tiago Cedraz (filho do ministro do TCU Aroldo Cedraz).

As medidas de busca e apreensão foram autorizadas pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Não há entre os investigados pessoas com prerrogativas de foro, como ministros de tribunais superiores.

De acordo com o Ministério Público Federal, os denunciados desviaram R\$ 151 milhões do **Sistema S**, bancado com contribuição compulsória de empresas.

A origem da apuração foi a delação premiada do ex-presidente da Fecomércio, Sesc Rio e Senac Rio, Orlando Diniz.

De acordo com ele, os desvios começaram após o Conselho Fiscal do Sesc Nacional detectar em 2011 uma série de irregularidades na sua gestão no Sesc fluminense. O órgão federal era comandado por Carlos Eduardo Gabas, ex-ministro das gestões Lula e Dilma Rousseff.

Zanin e Teixeira foram procurados por meio do advogado Fernando Hargreaves no início de 2012. Em depoimento aos procuradores, Diniz declarou que o objetivo da contratação dos advogados era "comprar uma solução política".

Neste primeiro momento, o valor cobrado foi de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 1 milhão em espécie, pagos por meio do operador financeiro Álvaro Novis.

O ex-presidente do Sesc Rio diz que, após a contratação de Zanin e Teixeira, a batalha jurídica em

que estava só se intensificou, exigindo repasses de mais recursos, incluindo outros escritórios de advocacia indicados pela dupla.

Diniz afirmou aos procuradores que ao longo do tempo identificou a instalação da "lógica do 'quanto pior, melhor', pois mais contratos iam sendo assinados e os valores iam aumentando". O escritório de Zanin e Teixeira recebeu R\$ 67,8 milhões no período sob investigação.

Os procuradores da força-tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro afirmam que os advogados indicados por Zanin e Teixeira receberam os valores sem prestar serviços. A promessa era, segundo o Ministério Público Federal, influenciar decisões no Judiciário em favor de Diniz, que enfrentava à época uma batalha jurídica para permanecer no comando das três entidades.

Para indicar a ausência de serviço, os investigadores usam como base as respostas dadas pelos escritórios à auditoria interna pela nova gestão da Fecomercio após a prisão de Diniz, em 2018. A entidade questionou as bancas quais serviços foram prestados para justificar o valor pago.

As respostas foram vagas na maior parte das vezes, segundos os investigadores. Em alguns processos indicados pelos escritórios, a única atuação comprovada era a juntada de uma procuração, enquanto a defesa se dava por meio do escritório de Zanin e Teixeira ou, em outro momento, pelo de Ana Basílio.

A investigação do Ministério Público Federal se deve ao fato de, embora instituições privadas, Sesc e Senac são bancados por meio de contribuição compulsória de empresas. Os valores são cobrados e recolhidos pela Receita Federal. Em razão disso, as duas entidades - chamadas de paraestatais pela Procuradoria - devem respeitar regras semelhantes às de licitações públicas, ainda que com exigências específicas.

Os procuradores afirmam, porém, que Zanin e Teixeira montaram, junto com Diniz, uma estrutura jurídica para que todos os recursos do Sesc/Senac Rio fossem

repassados aos escritórios por meio da Fecomércio, entidade privada que não é submetida à fiscalização do Conselho Federal, do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria Geral da União).

O esquema montado, segundo o MPF, permitiu que os recursos cobrados das empresas fossem usados para a contratação de escritórios sem qualquer critério para a definição de preços e sem concorrência.

Embora os contratos sempre fossem assinados pela Fecomercio, o interesse discutido sempre foi particular de Diniz na batalha jurídica pelo controle do Sesc/Senac Rio.

O MPF aponta que a desproporção dos valores pagos a mando de Diniz é confirmada pelo fato da Fecomércio ter sido o principal cliente de quase todos os escritórios envolvidos no esquema. De 2013 e 2016, o valor pago pela entidade ao Teixeira e Martins Advogados é 15 vezes o pago pelo segundo principal cliente do escritório.

Para os investigadores, a atuação criminosa de Zanin foi corroborada por meio de emails obtidos em quebras de sigilo telemático autorizados pela Justiça Federal, anotações apreendidas com dirigentes da Fecomércio e documentos de uma auditoria da entidade sobre a prestação de serviços dos escritórios.

Diniz foi preso em 2018 na Operação Jabuti, que investigou o pagamento de propina do ex-presidente da Fecomércio para o ex-governador Sérgio Cabral por meio da contratação de funcionários fantasmas na Fecomercio.

Ele foi denunciado sob acusação de lavagem de dinheiro, corrupção e participação em organização criminosa junto com Cabral. Ele usou, segundo o Ministério Público Federal, operadores do emedebista para "branquear" recursos ilegais.

Ele foi denunciado sob acusação de lavagem de dinheiro, corrupção e participação em organização criminosa junto com Cabral. Ele usou, segundo o

Ministério Público Federal, operadores do emedebista
para "branquear" recursos ilegais.

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
SISTEMA S

MPF acusa filho de presidente do STJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pepita Ortega, Rayssa

Motta, Fausto Macedo e

Fernanda Boldrin

Agência Estado

São Paulo (AE) - O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro acusa o advogado Eduardo Martins, filho do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, de fechar contratos de R\$ 83 milhões com a Fecomércio do RJ, à época em que a entidade era presidida pelo empresário Orlando Diniz, para "influir em atos praticados" por ministros da Corte. Eduardo é um dos 26 denunciados pelo MPF no esquema de pagamentos a escritórios de advocacia que teria desviado R\$ 151 milhões do **Sistema S** do Rio.

Créditos: Divulgação Juiz estadual do Rio de Janeiro, Marcelo Bretas abriu processos contra 26 denunciados pelo Ministério Público Federal

Na denúncia - recebida pelo juiz federal Marcelo Bretas,

da 7.^a Vara Federal Criminal do Rio -, a Procuradoria atribui ao advogado crimes como peculato, exploração de prestígio, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Eduardo também foi alvo de buscas ontem.

Segundo o Ministério Público, "duas levadas" de contratações beneficiaram o filho do presidente do STJ. A primeira delas, ocorrida em maio de 2014 e no valor de R\$ 5,5 milhões, teria recebido "auxílio" dos advogados Cristiano Zanin Martins e Fernando Hargreaves. Na ocasião, diz a Procuradoria, Eduardo "obteve para si e para (o advogado) Eurico Teles vantagem ilícita, em prejuízo da Fecomércio, consistente no pagamento de R\$ 2 milhões". Eduardo recebeu, conforme a acusação, R\$ 1,3 milhão e Eurico, pouco mais de R\$ 600 mil.

Os valores foram repassados em maio e dezembro do mesmo ano, mediante formalização de contrato de honorários advocatícios firmado com o **Sistema S** fluminense, de acordo com a Procuradoria. Pela contratação, o escritório de Eduardo emitiu duas notas fiscais "ideologicamente falsas, na medida em que os serviços nelas especificados não foram prestados".

Zanin, Hargreaves e Teles também foram denunciados. Zanin é advogado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não é citado nesta investigação. Frederick Wassef, ex-advogado da família Bolsonaro, não foi denunciado, mas teve endereços vasculhados pela Polícia Federal. As investigações também suspeitam que Wassef teria recebido recursos do Segundo investigação, que é uma nova fase da Operação Lava-Jato, ele teria recebido recursos oriundos do Serviço Social do Comércio (Sesc-RJ) de forma dissimulada.

Notas fiscais

Já a segunda "leva" de contratações identificada pelo MPF - no valor de R\$ 77,5 milhões - teria relação com desvios que ocorreram entre 2015 e 2017, também "a pretexto" de influenciar decisões de integrantes do STJ. Os procuradores registram que, entre dezembro de

2015 e abril de 2016, Eduardo "desviou para si" R\$ 36,5 milhões dos cofres do Sesc e do Senac do Rio.

A transação foi semelhante à anterior, também por meio de três contratos de honorários advocatícios firmados com a Fecomércio-RJ. Segundo a força-tarefa da Lava Jato no Rio, tais contratos eram "ideologicamente falsos na medida em que os serviços previstos sabidamente não seriam prestados" pelos escritórios.

Posteriormente, afirma a Procuradoria, o dinheiro teria sido lavado com a emissão de 15 notas fiscais vinculadas aos escritórios que detinham os contratos suspeitos. Esses escritórios funcionaram como "intermediários de vultosas quantias voltadas ao pagamento da exploração de prestígio supostamente praticada por Eduardo Martins no Superior Tribunal de Justiça", diz a Lava Jato fluminense, que cita ainda um outro repasse a Eduardo feito pelo Sesc e pelo Senac do Rio, no valor de R\$ 40,1 milhões.

Defesas

Procurado ontem pela reportagem, o advogado Eduardo Martins não respondeu até a conclusão desta edição.

Cristiano Zanin Martins negou irregularidades na atuação de seu escritório. As defesas dos outros acusados pelo Ministério Público Federal não foram localizadas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

OAB critica Lava Jato e promete reações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reagiu à operação deflagrada nesta quarta-feira, 9, pela força-tarefa da Lava Jato no Rio contra escritórios de advocacia investigados por suposta operacionalização de desvios de recursos do **Sistema S** fluminense (Sesc-RJ, Senac-RJ e Fecomércio-RJ).

Por meio da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia e da Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas, a entidade classificou a ação como 'clara iniciativa de criminalização da advocacia brasileira' e informou que tomará medidas administrativas e judiciais.

"Ao tempo que ansiamos por um Brasil limpo e de combate à corrupção, não apartaremos do devido processo legal, tampouco de seus valiosos instrumentos, dentre eles, as prerrogativas da advocacia", diz um trecho da nota divulgada à imprensa.

A manifestação também alerta que o desrespeito à advocacia livre fere princípios da própria democracia. "As prerrogativas da advocacia e persecução penal são elementos jurídicos harmônicos e absolutamente

conciliáveis. O processo de criminalização da advocacia, que desrespeita as prerrogativas, é ditatorial e atenta contra o Estado de Direito e à Democracia. Não há estado democrático sem uma advocacia livre", afirma a Ordem dos Advogados do Brasil.

O presidente da entidade, Felipe Santa Cruz, também se manifestou nas redes sociais. Em sua conta no Twitter, classificou a operação como uma tentativa de intimidação e chamou o ex-presidente da Fecomércio do Rio, Otávio Diniz, que delatou o suposto esquema, de 'criminoso'.

"Quase todos os advogados importantes do meu estado participaram de uma organização criminosa? Criminoso é o delator, não os advogados! Pensam que vão nos intimidar. Não nos conhecem", escreveu Santa Cruz.

Advogados renomados no meio político foram alvos da Operação E\$quema S, deflagrada pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita para investigar suposta estrutura irregular de pagamentos milionários a escritórios de advocacia e possíveis desvios das seções fluminenses do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac RJ) e Federação do Comércio (Fecomércio RJ).

A ação mira profissionais com currículos relevantes, sobretudo em Brasília, e que carregam no sobrenome suas maiores credenciais, a exemplo de filhos de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os agentes cumpriram 51 mandados de busca e apreensão. Endereços ligados a Frederick Wassef, ex-advogado da família Bolsonaro, Cristiano Zanin, defensor do ex-presidente Lula, Ana Tereza Basilio, que representa judicialmente o governador afastado do Rio Wilson Witzel, e da procuradora de Justiça de São Paulo Luiza Nagib Eluf, foram vasculhados.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

O que você precisa saber, em 2 minutos, para sair de casa bem informado nesta quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O que você precisa saber, em 2 minutos, para sair de casa bem informado nesta quinta-feira, 10/09/2020 ??

???? Na política nacional

- PTB expulsa ex-prefeito de Cocal (PI) que disse que não roubou tanto quanto o atual. Dirigentes do partido afirmaram que o ex-prefeito se tornou réu confesso após suas declarações, além de ter agido como se estivesse em um campeonato de desvio de dinheiro público.

- Flordelis é notificada em processo por quebra de decoro. Deputada tem cinco dias úteis para se defender do processo que pode cassar o seu mandato. Ela é acusada de ser mandante do assassinato do marido.

- Senado aprova criação de cadastro nacional de estupradores. Projeto determina criação de banco de dados com características físicas, impressões digitais, DNA, fotos e endereço dos condenados por estupro.

? Justiça

- Na despedida de Toffoli, Moraes elogia 'coragem' em inquérito das fake news. Moraes falou ainda que é sabido 'quanto o STF foi ameaçado, quanto os ministros foram ameaçados, quanto familiares de ministros foram ameaçados'.

- OAB critica Lava Jato e fala em ação contra 'criminalização da advocacia'. Manifestação surge após ação mirar escritórios de advocacia investigados por suposta operacionalização de desvios de recursos do **Sistema S**.

- Toffoli nega pedido para suspender afastamento de Witzel. Governador do Rio de Janeiro está afastado do cargo por 180 dias por determinação do Superior Tribunal de Justiça.

- Força-tarefa da Lava Jato no PR é prorrogada até janeiro de 2021. Determinação da PGR autoriza atuação de 11 procuradores da República e dois procuradores regionais na equipe agora liderada por Alessandro Oliveira.

?? Na economia

- Caixa lança programa de renegociação de dívidas com descontos de até 90%. A campanha chamada de "Você no Azul" pode alcançar três milhões de pessoas e 359 mil empresas com dívidas em abertas com a Caixa.

- Agências do INSS reabrem na segunda-feira com hora marcada. Para ser atendido nas agências o segurado precisará fazer antes agendamento por meio do site, aplicativo Meu INSS ou pelo telefone 135.

? No esporte

- Fla vence Flu com tranquilidade e mostra de novo a força do elenco. Uma vez mais o rubro-negro exhibe

potência do grupo no 2 a 1 contra o Flu, com belas atuações de Felipe Luís e Everton Ribeiro, que hoje sobra na turma.

- Bragantino perde dois pênaltis, mas garante empate com o São Paulo. Time do interior sai na frente, desperdiça grandes chances e leva o gol após falha de seu goleiro. Time do Morumbi perde chance de assumir liderança.

?? Internacional

- EUA anunciam retirada de mais de 2 mil soldados do Iraque. O anúncio formaliza uma das promessas de campanha de Trump contra as "guerras intermináveis" que os norte-americanos atuam no mundo.

- 'Pior experiência da minha vida', diz Silvio Berlusconi sobre covid. O líder conservador está internado desde a última sexta-feira (4) no Hospital San Raffaele, em Milão, o mesmo onde operou o coração.

?? Para mais informações, não deixe de acessar:
www.gustavonegreiros.com.br

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Advogado de Lula diz ser vítima de intimidação por criticar Operação Lava Jato



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nesta quarta-feira, 9, o advogado Cristiano Zanin, defensor do ex-presidente Lula, afirmou em nota ser vítima de uma 'clara tentativa de intimidação' através da Operação E\$quema S deflagrada pela Polícia Federal. Além de Zanin, o advogado Frederick Wassef, ex-defensor da família Bolsonaro, também foi alvo de mandados de busca e apreensão. As informações são da Folha.

Ele classificou a decisão do juiz Marcelo Bretas como um abuso de autoridade e vinculou o magistrado ao presidente Jair Bolsonaro.

'O juiz Marcelo Bretas é notoriamente vinculado ao presidente Jair Bolsonaro e sua decisão no caso concreto está vinculada ao trabalho desenvolvido em favor de um delator assistido por advogados ligados ao senador Flávio Bolsonaro', disse Zanin, em referência à advogada Luciana Pires, que atuou na celebração do acordo de delação premiada do ex-presidente da Fecomercio, Orlando Diniz, base da operação.

Zanin e seu sócio, Roberto Teixeira, compadre de Lula, foram alvos de busca e apreensão nesta quarta como desdobramento da investigação sobre um suposto esquema de tráfico de influência no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no TCU (Tribunal de Contas da União) com desvio de recursos públicos do **Sistema S**.

Os dois são acusados de liderar o suposto esquema de contratação de escritório de advocacia para tráfico de influência que desviou, de acordo com os procuradores, R\$ 151 milhões.

'A iniciativa do Sr. Marcelo Bretas de autorizar a invasão da minha casa e do meu escritório de advocacia a pedido da Lava Jato somente pode ser entendida como mais uma clara tentativa de intimidação do Estado brasileiro pelo meu trabalho como advogado, que há tempos vem expondo as fissuras no Sistema de Justiça e do Estado Democrático de Direito', afirmou Zanin.

'É público e notório que minha atuação na advocacia desmascarou as arbitrariedades praticadas pela Lava Jato, as relações espúrias de seus membros com entidades públicas e privadas e sobretudo com autoridades estrangeiras. Desmascarou o lawfare e suas táticas, como está exposto em processos relevantes que estão na iminência de serem julgados por Tribunais Superiores do país e pelo Comitê de Direitos Humano da ONU', declarou o advogado do petista.

Zanin afirmou que possui um laudo elaborado por auditores independentes que comprovam atuação do escritório em favor da Fecomercio. De acordo com ele, entre 2011 e 2018, o trabalho envolveu 77 profissionais, 12.474 horas de trabalho e cerca de 1.400 petições.

De acordo com o advogado, os valores pagos se deve ao 'litígio de grandes proporções, classificado como uma 'guerra jurídica' por alguns veículos de imprensa à época, entre a Fecomércio/RJ e a **Confederação**

Nacional do Comércio (CNC), duas entidades privadas e congêneres de representação de empresários e comerciantes'.

'Cada uma delas contratou diversos escritórios de advocacia para atuar nas mais diversas frentes em que o litígio se desenvolveu', afirmou.

O advogado disse ainda que Bretas, por ser juiz federal, não tem atribuição para atuar em processos envolvendo o dinheiro do **Sistema S**, sendo essa competência da Justiça estadual. Ele relacionou, ainda, a decisão do magistrado com a iminência sobre o julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a suspeição do juiz Sérgio Moro na ação penal em que condenou Lula.

'[A decisão] Foi proferida e cumprida após graves denúncias que fiz no exercício da minha atuação profissional sobre a atuação de membros da Operação Lava Jato e na iminência do Supremo Tribunal Federal realizar alguns dos mais relevantes julgamentos, com impacto na vida jurídica e política do país', declarou Zanin.

'Todas as circunstâncias aqui expostas serão levadas aos foros nacionais e internacionais adequados para os envolvidos sejam punidos e para que seja reparada a violação à minha reputação e à reputação do meu escritório, mais uma vez atacadas por pessoas que cooptaram o poder do Estado para fins ilegítimos', disse o advogado.

*Com informações da Folha

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Petrobras reduz preços da gasolina e do diesel nas refinarias - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Petrobras anunciou nesta terça-feira (8) que reduzirá os preços médios do diesel e da gasolina em 5% nas suas refinarias a partir de quarta-feira (9). A decisão surge na esteira de uma queda acentuada nas cotações do petróleo no **mercado** internacional.

Na semana passada, a Petrobras já havia reduzido o valor do diesel, o combustível mais consumido do país, em 6%. Na mesma oportunidade, a empresa havia cortado o valor da gasolina em 3%.

A redução desta semana foi anunciada após o preço do petróleo Brent cair mais de 5%, para menos de US\$ 40 por barril nesta terça-feira, pressionado por preocupações sobre a demanda à medida que infecções por coronavírus crescem pelo mundo.]

Com a redução, o novo preço do diesel na refinaria será de cerca de R\$ 1,6255 o litro, o menor desde o início de julho. No caso da gasolina, a cotação reajustada será de R\$ 1,6813, o menor patamar desde o final de julho.

No ano, a queda acumulada aumentou para cerca de 30% no caso do diesel, e para aproximadamente 12%, para a gasolina, conforme dados da Petrobras.

O repasse dos reajustes nas refinarias aos consumidores finais nos postos, no entanto, não é garantido, e depende de uma série de questões, como margem da distribuição e revenda, impostos e adição obrigatória de biocombustíveis.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Conselho do FGTS reduz juros para ampliar crédito no Norte e Nordeste

- Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou hoje (8), em reunião extraordinária, redução de **juros** no crédito imobiliário popular no Norte e Nordeste. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, que apresentou o voto no conselho, o objetivo é promover o acesso de mais famílias ao financiamento habitacional nessas duas regiões, que têm, historicamente, baixos índices de contratação de financiamento habitacional.

Nos últimos cinco anos, dos recursos disponibilizados para o Nordeste, 23% não foram utilizados por falta de demanda. No caso do Norte, o percentual chega a 78%.

Segundo o ministério, as mudanças na sistemática de financiamentos na área de habitação popular vão possibilitar que o FGTS tenha mais recursos disponíveis para novas contratações. Haverá redução da parcela de spread bancário (diferença entre o valor pago pelo banco aos correntistas e o cobrado nas operações de crédito) pago pelo fundo aos agentes financeiros operadores do programa.

Conforme o novo desenho, uma parcela maior da remuneração dos agentes financeiros passa a ser assumida pelos mutuários, que, por outro lado, serão beneficiados por **juros** finais mais baixos ao longo do contrato.

As regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução de **juros** em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda até R\$ 2 mil mensais. Os **juros** poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS e, nas demais, a 4,5%, ofertando a menor taxa de **juros** na história num programa habitacional. Com isso, as famílias terão uma menor prestação mensal na aquisição de novos imóveis pelo programa, explicou o ministério.

O Conselho Curador do FGTS também aprovou uma medida destinada às instituições financeiras responsáveis pelas operações de crédito do setor de habitação popular. O conselho suspendeu, por até seis meses, o pagamento dos financiamentos contratados por meio dos programas Carta de Crédito Individual, Apoio à Produção de Habitações e Carta de Crédito Associativo. A proposta também foi apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que atendeu pedido de bancos e financeiras.

As operações de crédito foram realizadas com recursos do FGTS. Segundo o ministério, pleitos similares já foram atendidos em maio e junho deste ano, em razão de demandas dos setores de saneamento básico e mobilidade urbana, devido a pandemia de covid-19.

A expectativa é gerar, durante o período de suspensão, um alívio para os agentes financeiros de até R\$ 3 bilhões, contemplando os contratos de financiamento vigentes dos mutuários de pessoa física. De acordo com o ministério, a decisão não gera prejuízos ao FGTS, já que não significa o cancelamento, mas a postergação das parcelas e a diluição do débito ao longo do período

residual dos contratos. Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, com a atualização financeira devida, considerando que o início do ressarcimento ao fundo se dará a partir de janeiro de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Disparada nos preços dos alimentos; Ministra diz que governo não vai interferir



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que o governo não fará nenhum tipo de intervenção nos preços dos principais alimentos da cesta básica brasileira.

Arroz, feijão, leite, carne e óleo de soja, por exemplo, têm apresentado forte inflação nas últimas semanas. Há registros de crescimento de mais de 100% nas gôndolas de supermercados.

Ao Estadão, Tereza Cristina afirmou ontem que não há nenhum risco de desabastecimento desses produtos para o consumidor brasileiro, e que o governo monitora em tempo real a situação do **mercado**.

Nesta quarta-feira (9) representantes da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) têm reunião com o governo, em Brasília, para discutir o assunto. A associação deve apresentar um panorama geral sobre a inflação dos alimentos e tratar de eventuais medidas que possam reduzir o preço dos produtos nas gôndolas.

A expectativa é de que o encontro reúna representantes do Ministério da **Economia**, Agricultura e Palácio do Planalto.

Na semana passada, a Abras, que representa 27 associações estaduais afiliadas, afirmou que 'vê essa conjuntura com muita preocupação, por se tratar de produtos da cesta básica da população brasileira'.

'O setor supermercadista tem sofrido forte pressão de aumento nos preços de forma generalizada repassados pelas indústrias e fornecedores. Itens como arroz, feijão, leite, carne e óleo de soja com aumentos significativos', declarou a associação.

A Abras afirmou que isso se deve ao aumento das exportações desses produtos e sua matéria-prima e a diminuição das importações desses itens, motivadas pela mudança na taxa de câmbio, que provocou uma forte valorização do dólar frente ao real.

Somam-se a isso a política fiscal de incentivo às exportações e o crescimento da demanda interna impulsionada pelo auxílio emergencial.

A alta, no entanto, ocorre no mesmo período em que houve redução à metade do valor do auxílio, de R\$ 600 para R\$ 300, cuja primeira parcela da prorrogação até o fim do ano começa a ser paga no dia 17 de setembro. O auxílio emergencial é considerado o grande responsável pelo aumento da popularidade do presidente.

'Reconhecemos o importante papel que o setor agrícola e suas exportações têm desempenhado na **economia** brasileira. Mas alertamos para o desequilíbrio entre a oferta e a demanda no **mercado** interno para evitar transtornos no abastecimento da população, principalmente em momento de pandemia do novo coronavírus', afirmou a Abras.

A associação declarou que o setor supermercadista tem

se esforçado para manter os 'preços normalizados' e vem garantindo o abastecimento regular desde o início da pandemia nas 90 mil lojas de todo o País.

'Apoiamos o sistema econômico baseado na livre iniciativa, e somos contra às práticas abusivas de preço, que impactam negativamente no controle de volume de compras, na inflação, e geram tensões negociais e de ordem pública', disse a instituição.

Tereza Cristina disse que deverá haver uma nova acomodação de preços dos alimentos. A ministra comentou que o governo tem analisado a situação dos estoques de cada região que está atento às necessidades.

'Há um conjunto de fatores. Não se trata apenas de aumento de exportação. Houve aquecimento interno, por causa do auxílio emergencial. As pessoas passaram a comprar mais, porque houve uma mudança de hábito, mas haverá uma acomodação', disse a ministra.

Na avaliação do Ministério da Agricultura, os preços tendem a cair nos próximos 7 meses. 'Assim como já aconteceu com o leite, que subiu e depois caiu, os preços tendem a se acomodar'.

A ministra lembrou que houve uma safra recorde neste ano e que, apesar do aumento das exportações, não há risco de faltar alimento neste ano e no próximo.

BOLSONARO APELA A COMERCIANTES A FIM DE CONTER PREÇO DO ARROZ

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na tarde desta terça-feira (8) que fez um "apelo" a donos de supermercados para conter a alta do preço do arroz. O presidente acrescentou que não pretende tabelar preços.

'Tenho apelado para eles, ninguém vai usar a caneta Bic para tabelar nada, não existe tabelamento, mas pedindo para eles que o lucro desses produtos essenciais nos supermercados seja próximo de zero. Acredito que nova safra começa a ser colhida em

dezembro, janeiro, de arroz em especial, a tendência é normalizar o preço', disse o presidente.

Ao falar sobre o tema, Bolsonaro disse que o governo prepara outras medidas para encarar a inflação dos alimentos e "dar uma resposta a esses preços que dispararam nos supermercados". O presidente não detalhou o que será feito.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Reforma administrativa pode garantir economia de R\$ 300 bi a cofres públicos em 10 anos, diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira, 9, que a reforma administrativa deve gerar cerca de R\$ 300 bilhões de cortes de gastos, em 10 anos. Ele participou de evento virtual promovido pelo Instituto de Direito Público (IDP) sobre a reforma administrativa.

'Nossos cálculos iniciais é que essa reforma na formatação que enviamos vai cortar [cerca de] R\$ 300 bilhões, ao longo de 10 anos', disse.

De acordo com o ministro, essa estimativa considera a reforma como foi enviada ao Congresso Nacional, ainda sem alterações que poderão ser feitas pelos parlamentares. Também foi considerada a taxa de reposição de servidores que se aposentam de 60% ou 70% e a redução de **salário** de entrada no serviço público.

Guedes defendeu que o teto de **salário** de carreiras seja elevado, para reter talentos considerando a meritocracia e graus de responsabilidade. Ele disse que

atualmente os salários não refletem o desempenho dos servidores e é 'uma distribuição quase socialista'.

O ministro destacou ainda que a proposta prevê aumento de produtividade e considera a digitalização dos serviços públicos. 'Vamos digitalizar todo o serviço público', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mourão relaciona alta nos preços de alimentos a pagamento de auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, relacionou, nesta quarta-feira, 9, a alta no preço de alimentos à injeção de recursos na **economia** pelo governo durante a pandemia, como o auxílio emergencial. Segundo ele, as pessoas estão "se alimentando melhor e melhorando as suas casas".

"É a questão da lei de oferta e procura. Uma porção de gente comprando porque o dinheiro que o governo injetou na **economia** foi muito acima daquilo que as pessoas estavam acostumadas. Tanto que está tendo grande compra de alimentos e material de construção. Então, as pessoas estão se alimentando melhor e estão melhorando as suas casas. Essas são as duas áreas onde está havendo bastante gasto", disse Mourão a jornalistas, na entrada da Vice-Presidência.

Segundo ele, o aumento das exportações brasileiras e questões sazonais também influenciam na alta dos preços. "Estamos vendendo bastante para o **mercado externo**", comentou, citando o caso do arroz.

Mourão disse que a área plantada com o grão diminuiu porque os arroseiros tiveram prejuízo e "o cara muda de ramo. Aí, agora, eles estão replantando. É um momento sazonal, daqui a pouco volta tudo ao normal", declarou.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro demonstrou receio do risco de inflação e pediu "patriotismo" aos donos de supermercados para tentar baixar os preços de produtos que compõem a cesta básica.

Na terça-feira, 8, em entrevista exclusiva ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) e ao jornal O Estado de S. Paulo, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que o governo não fará nenhum tipo de intervenção nos preços dos principais alimentos da cesta básica brasileira, que têm apresentado forte inflação nas últimas semanas, como arroz, feijão, leite, carne e óleo de soja. Há registros de aumento de mais de 100% nas gôndolas de supermercados.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes diz que salário de ministros do STF, de R\$ 39 mil, é muito baixo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira (9/9) que o teto do funcionalismo público, medido pelo **salário** dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 39,2 mil, é muito baixo.

Segundo ele, é preciso ter uma 'enorme diferença' entre os jovens que iniciam na carreira e os servidores do alto escalão e, por isso, 'ministros do Supremo devem receber muito mais do que recebem hoje'.

'Acho um absurdo os salários da alta administração brasileira. Acho que são muito baixos', disse Guedes, nesta manhã. Ele participa de uma live, mediada pelo IDP, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sobre a reforma administrativa.

'Tem muita gente preocupado com o teto. A minha preocupação é o contrário: preservar pessoas de qualidade no serviço público', disse o ministro da **Economia**.

'O Brasil, seguindo o caminho da prosperidade, vai ser

difícil reter gente de qualidade, a não ser que o setor público entre na ordem da meritocracia', afirmou Guedes. 'Tem que haver uma enorme diferença de **salário**, sim, na administração brasileira. Quantos chegam ao Supremo Tribunal Federal, ao TCU?', completou.

Metropoles

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Banco do Nordeste oferece vantagens para renegociação de dívidas na Semana do Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Dentro das promoções da Semana do Brasil, o Banco do Nordeste oferece condições específicas para renegociação ou liquidação de dívidas para pessoas físicas não rurais ou micro e pequenas empresas com parcelas em atraso com o Banco há mais de 150 dias, na posição de 31 de agosto de 2020.

As vantagens contemplam descontos de 50% no valor das tarifas e a dispensa de **juros** de mora e multa. O prazo da negociação, voltada para empréstimos e financiamentos não rurais que tenham como fonte de recursos o próprio Banco, segue até o final do mês.

Já na sua segunda edição, a Semana do Brasil traz como objetivo específico também promover a retomada gradual da **economia** e a geração de novos empregos após o período de isolamento, provocado pela pandemia da Covid-19. A iniciativa é coordenada pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e conta com o apoio do Governo Federal e da Federação Brasileira de Bancos - Febraban.

FNE Emergencial

Durante a Semana Brasil, o Banco do Nordeste também ampliará o atendimento aos clientes interessados em contratação de crédito pelo FNE Emergencial, linha especial vigente enquanto perdurarem os decretos de calamidade pública em razão da pandemia de Covid-19. A linha operacionalizada exclusivamente pelo BNB foi lançada pelo Governo Federal em maio deste ano.

O FNE Emergencial beneficia profissionais liberais e empresas de todos os portes com atividades produtivas localizadas em municípios em estado de calamidade declarada por autoridades públicas. As taxas de **juros** são de 2,5% a.a., com prazos e carências especiais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo zera imposto de importação do arroz até o final do ano - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), vinculada ao Ministério da **Economia**, decidiu nesta quarta-feira (9) zerar a alíquota do imposto de importação para o arroz em casca e beneficiado. A isenção tarifária valerá até 31 de dezembro deste ano.

De acordo com a pasta, a redução temporária está restrita à cota de 400 mil toneladas, incidente arroz com casca não parboilizado e arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Até então, a Tarifa Externa Comum (TEC) incidente sobre o produto era de 12%, para o arroz beneficiado, e 10% para o arroz em casca.

A decisão foi tomada durante reunião do Comitê-Executivo de Gestão da Camex, a partir de um pedido formulado pelo Ministério da Agricultura. O colegiado é integrado pela Presidência da República e pelos ministérios da **Economia**, das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O objetivo da isenção tarifária temporária é conter o aumento expressivo no preço do arroz ao longo dos últimos meses. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em **Economia** Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), o preço do arroz variou mais de 107% nos últimos 12 meses, com o valor da saca de 50 quilos próximo de R\$ 100. Os motivos para a alta são uma combinação da valorização do dólar frente ao real, o aumento da exportação e a queda na safra. Em alguns supermercados, o produto, que custava cerca de R\$ 15, no pacote de 5 quilo, está sendo vendido por até R\$ 40.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Economia com reforma administrativa deve chegar a R\$ 300 bilhões - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse hoje (9) que a reforma administrativa deve gerar cerca de R\$ 300 bilhões de cortes de gastos, em 10 anos. Ele participou de evento virtual promovido pelo Instituto de Direito Público (IDP) sobre a reforma administrativa.

'Nossos cálculos iniciais é que essa reforma na formatação que enviamos vai cortar [cerca de] R\$ 300 bilhões, ao longo de 10 anos', disse.

De acordo com o ministro, essa estimativa considera a reforma como foi enviada ao Congresso Nacional, ainda sem alterações que poderão ser feitas pelos parlamentares. Também foi considerada a taxa de reposição de servidores que se aposentam de 60% ou 70% e a redução de **salário** de entrada no serviço público.

Guedes defendeu que o teto de **salário** de carreiras seja elevado, para reter talentos considerando a meritocracia e grau de responsabilidade. Ele disse que atualmente os salários não refletem o desempenho dos

servidores e é 'uma distribuição quase socialista'.

O ministro destacou ainda que a proposta prevê aumento de produtividade e considera a digitalização dos serviços públicos. 'Vamos digitalizar todo o serviço público', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mourão diz que auxílio de R\$ 600 fez arroz subir, mas setor cita exportação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) atribuiu a alta nos preços de alimentos da cesta básica, como o arroz, ao dinheiro que o governo federal injetou na **economia** com programas sociais, sendo o principal deles o auxílio emergencial.

Mourão disse que a elevação dos preços ao consumidor 'é uma questão da lei da oferta e da procura'.

Ministra Tereza Cristina descarta intervenção e diz que não vai faltar alimento

'Uma porção de gente está comprando porque o dinheiro que o governo injetou na **economia** foi muito acima do que as pessoas estavam acostumadas, tanto que está havendo grande compra de alimentos e de material de construção', afirmou o vice-presidente hoje em Brasília.

'As pessoas estão se alimentando melhor e melhorando suas casas, essas são duas áreas nas quais está havendo bastante gasto', acrescentou.

Aumento nas exportações

Mourão também lembrou as exportações de arroz, que se intensificaram nos últimos meses por causa do aumento do dólar, que torna a venda para outros países mais atrativa do que o **mercado** interno para alguns produtores.

'Também estamos vendendo bastante para o **mercado** externo. A área plantada de arroz nos últimos anos diminuiu porque os arroteiros tiveram muito prejuízo, aí o cara muda de ramo. Agora eles estão replantando', disse.

De fato, entidades ligadas ao setor produtor de arroz e especialistas dizem que, embora tenha havido aumento na demanda interna pelo alimento durante a pandemia, a alta nos preços está ligada sobretudo à valorização do dólar, que tornou mais lucrativo exportar os produtos e ganhar em dólar a vendê-los no **mercado** interno. Somente em 2020, o dólar acumula alta de quase 34%.

Apesar de os produtores dizerem que o preço deve continuar em alta, Mourão disse acreditar em uma normalização dos preços em breve. 'É um momento sazonal, daqui a pouco volta tudo ao normal', afirmou.

'Alta transitória'

Assim como Mourão, o secretário de Política Econômica do Ministério da **Economia**, Adolfo Sachsida, também disse confiar que a alta dos alimentos será passageira.

Ele também atribui o aumento dos preços ao auxílio emergencial, diferentemente do que diz o setor produtor.

'A recente alta dos preços de alguns alimentos é uma alta transitória e localizada. Ela decorre sobretudo das transferências de recursos para parcelas mais pobres

da população, no esforço que o governo fez para combater os efeitos da crise do coronavírus', afirmou Sachsida, em entrevista à GloboNews

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

BNDES lança 2ª edição de programa para acelerar empresas inovadoras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em evento transmitido por meio de suas plataformas digitais, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou na tarde de hoje (9) detalhes da segunda edição do programa BNDES Garagem. A iniciativa envolve o apoio ao desenvolvimento de 135 startups nacionais, empresas que estão iniciando suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras no **mercado** brasileiro.

Créditos: Arquivo/Agência Brasil

O primeiro edital da iniciativa já está publicado. Ele define as regras do processo que selecionará a aceleradora de startups, empresa que se encarregará de dar suporte à criação e ao crescimento das participantes. As inscrições para a seleção estão abertas até o dia 23 de outubro. As propostas serão avaliadas a partir de quatro critérios: experiência da aceleradora, qualidade, sistemas de suporte às atividades virtuais e custos.

Após a definição da aceleradora, serão desenvolvidos três ciclos de aceleração com 45 startups em cada uma delas, totalizando 135 beneficiadas. Desse total, 60

serão empresas que ainda não iniciaram sua entrada no **mercado** e 75 devem ser empresas novas, mas que já possuem produtos ou serviços disponíveis no **mercado**.

O edital para a seleção das primeiras 45 startups será elaborado conjuntamente pelo BNDES e pela aceleradora selecionada e deverá ser lançado no ano que vem. Somando todos os processos seletivos e todos os três ciclos, a segunda edição do BNDES Garagem envolve um cronograma de 30 meses.

"Para o BNDES executar sua missão de promover o desenvolvimento, ele pode ter muitas outras ferramentas além do empréstimo e do financiamento. Ele consegue ter serviços, divulgação de ideias, articulação de parceiros, participação em fundos de venture capital e o BNDES Garagem", disse o presidente do banco, Gustavo Montezano.

O volume total de recursos a ser investido dependerá do orçamento apresentado pela aceleradora selecionada. Caberá a ela oferecer às empresas participantes uma série de serviços jurídicos e contábeis e suporte nas áreas de design, marketing digital, relações públicas e assessoria de imprensa. Também deverá prestar consultoria nos aspectos técnicos e mercadológicos, apresentar softwares de gestão e promover capacitação gerencial.

O programa não envolve investimento financeiro direto nas startups. De outro lado, o BNDES não exigirá participação no capital social das empresas selecionadas.

"Vamos celebrar um contrato com a aceleradora e a aceleradora vai, em três ciclos, acelerar 135 empresas. De forma mais clara, não vamos investir diretamente nas startups. Vamos custear eventualmente despesas de viagem, vamos promover articulações com outras empresas, universidades e investidores, vamos aparelhar estas startups com uma série de tecnologias de desenvolvimento de negócios", explica Filipe Borsato, chefe do Departamento de Gestão de

Investimentos em Fundos do BNDES.

Impacto socioambiental

A primeira edição do programa foi lançada em julho de 2018 e envolveu um único ciclo. Foi dada prioridade para startups nas áreas de educação, saúde, segurança, soluções financeiras, **economia** criativa, meio ambiente e internet das coisas. Concluíram o ciclo 74 participantes. Desse total, 30 eram empresas novas já com atividade no **mercado**. Segundo o BNDES, a maioria teve crescimento de receita e foram realizadas conexões com 50 investidores. As outras 44 startups participantes ainda não haviam iniciado sua entrada no **mercado**. Entre elas, 16 novos Cadastros Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJs) foram realizados.

No primeiro dos três ciclos da atual edição, a prioridade será para startups que estão desenvolvendo soluções em saúde, educação, sustentabilidade, inovação na gestão pública e cidades sustentáveis. De acordo com Filipe Borsato, o programa também foi aprimorado para incluir a busca por impacto socioambiental. As propostas nesta segunda edição deverão contribuir para transformar a vida das pessoas e para promover o desenvolvimento sustentável. "Estamos buscando startups que intencionam, desde o início, buscar soluções rentáveis para desafios sociais e ambientais", afirma Borsato.

Por conta da pandemia de covid-19, o primeiro ciclo será semipresencial. As atividades presenciais serão realizadas na sede do BNDES, no Rio de Janeiro. Um espaço será disponibilizado para o intercâmbio de experiências entre as diversas startups participantes, laboratórios de inovação, universidades, gestores de fundos de investimentos e grandes empresas de tecnologia. Caso as condições de saúde pública permitam, o segundo e o terceiro ciclo poderão ser integralmente presenciais.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Brasil é um dos países com mais tempo sem aula durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: www.potenginainternet.com

Mesmo sem haver um retorno generalizado de aulas no Brasil, o tempo de fechamento de escolas por causa da pandemia de coronavírus já é maior por aqui do que na média dos países ricos. A suspensão das atividades escolares terá impacto na **economia** global, indica relatório da OCDE (Organização para a Organização e Desenvolvimento Econômico).

A organização divulgou ontem a edição de 2020 do relatório Education at a Glance (educação num relance). Neste ano, o estudo contempla um capítulo especial sobre os desdobramentos da pandemia. O documento relaciona a interrupção das aulas com o acúmulo de perda de habilidades e o reflexo na produtividade. Os efeitos econômicos do gap educacional serão sentidos ao longo de décadas, segundo a OCDE.

'Como a perda do aprendizado reflete em perdas de habilidades, isso reflete na produtividade. O impacto relativo sobre o PIB pode ser de 1,5% em média até o final do século', diz o texto, ancorado em regressões históricas de crescimento para estimar o impacto de

longo prazo de uma perda aproximada de 1/3 de ano de estudos para os estudantes.

A expectativa é que a **economia** global encolha ao menos 6% em 2020. A **economia** brasileira registrou retração de 9,7% no segundo trimestre de 2020 e as projeções de **mercado** para o ano são de queda de 5,28%.

A OCDE pontua que a reabertura de escolas e universidades trará 'benefícios inquestionáveis aos estudantes, à **economia** e às famílias', mas pondera que esses benefícios 'precisam ser cuidadosamente ponderados com os riscos à saúde' e à necessidade de contenção da pandemia. A organização ressalta a necessidade de coordenação entre autoridades educacionais e de saúde nos diferentes níveis governamentais.

AUSÊNCIA

No Brasil, o MEC (Ministério da Educação) tem sido ausente na articulação nacional sobre manutenção de atividades educacionais neste período. Também tem participação tímida na determinação de protocolos para o retorno às aulas presenciais.

Os jovens menos qualificados serão os mais afetados, o que deve aumentar ainda mais a desigualdade dentro de um país e entre os diferentes países, afirmou o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, no lançamento do trabalho.

Segundo o superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, o estudo reforça conclusões de que a pandemia tende a aumentar a desigualdade, com efeitos piores para os estudantes mais vulneráveis. 'Mas o nosso agravante não é a Covid, é a baixa coordenação da política educacional que, sob um cenário desafiador, solicitaria mais coordenação, sobretudo do governo federal', diz.

Segundo ele, quem comanda 'a dança' para a volta das

aulas é a área da saúde, mas a qualidade disso depende da educação. Isso depende, diz ele, de protocolos claros para o interior das escolas (que sejam elaborados, comunicados e tenham condições de sair do papel), análise localizada da realidade das escolas e dos professores, e também de uma atuação intersetorial (com saúde, assistência social).

O Education at a Glance compara dados de 46 países - além dos 38 membros da OCDE, são analisadas informações do Brasil, China, Rússia, Índia, Indonésia, Argentina, Arábia Saudita e África do Sul. O Brasil tem um contexto mais desafiador para a reabertura. Até o fim de junho, o país já acumulava 16 semanas de interrupção de aulas, contra uma média de 14 semanas nos países da OCDE.

No começo de setembro, só 8 dos 46 países avaliados pela entidade ainda estavam com as aulas suspensas por causa da pandemia de coronavírus. O Chile, por exemplo, registra 15 semanas.

O impacto real em alguns países, diz o documento, pode ter sido menos severo pela capacidade de manter aulas regulares durante o período. Também há ponderações com relação ao calendário escolar no momento em que a pandemia atingiu cada país.

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

BOLSONARO DIZ À BANCADA EVANGÉLICA QUE DEVE VETAR PARTE DE PERDÃO A IGREJAS PARA NÃO COMETER CRIME - Blog de Dalto Emerenciano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Diante das resistências da equipe econômica ao perdão tributário às igrejas, o presidente Jair Bolsonaro indicou a parlamentares da bancada evangélica que deve vetar um dos dispositivos que anistiam os templos do pagamento de dívidas com a Receita Federal, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A anistia de outra parte dos débitos, porém, ainda está na mesa de negociações.

Bolsonaro explicou aos congressistas que até concorda com o perdão e tinha vontade de sancionar porque vê nas igrejas um importante papel social. Mas o presidente ponderou que não tem amparo jurídico e corre risco de cometer crime de responsabilidade, passível de impeachment, caso sancione a proposta aprovada pelo Congresso do jeito que está.

Um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode anistiar as igrejas do pagamento de quase R\$ 1 bilhão em dívidas com a Receita Federal e ainda isentá-las do pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) daqui para frente. A emenda foi

proposta pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, que tem milhões em dívidas com a União.

A costura neste momento é no sentido de vetar a parte que livra as igrejas do pagamento de CSLL, tanto débitos passados quanto cobranças futuras. Mas ainda há pressão para que a área econômica concorde com a anulação de multas e outras cobranças aplicadas por irregularidades na prebenda, como é chamada a remuneração dos pastores e líderes do ministério religioso.

A sinalização do presidente foi dada em reunião nesta quarta-feira, 9, no Palácio do Planalto. Bolsonaro recebeu o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e parlamentares da bancada evangélica. Um deles era o deputado Marco Feliciano (Republicanos-SP), ligado à Igreja Assembleia de Deus.

A equipe econômica recomendou veto total às medidas, mas vem recebendo pedidos do Palácio do Planalto para desistir da recomendação e admitir ao menos o perdão parcial. O presidente, que tem na bancada evangélica um importante pilar de sustentação de seu governo, promoveu o encontro na tentativa de chegar a um meio-termo para o impasse, que se arrasta há anos.

Bolsonaro foi eleito com o apoio de diversas lideranças evangélicas. Embora se declare católico, o presidente tem uma relação próxima a pastores e igrejas evangélicas. A primeira-dama Michelle Bolsonaro é frequentadora da Igreja Atitude, no Rio.

A Receita Federal vê por parte das igrejas manobras para burlar a cobrança de **tributos**, inclusive com a distribuição de lucros e remuneração variável a seus integrantes conforme o número de fiéis. As igrejas, por sua vez, alegam que as fiscalizações são indevidas e

atuaram, por meio da bancada evangélica, para incluir o perdão num projeto que trata de descontos em precatórios (valores devidos pela União após sentença definitiva na Justiça), sem relação direta com o tema. É esse projeto de lei que agora deve ter alguns dos dispositivos vetados pelo presidente.

O argumento da equipe econômica é que a Constituição prevê imunidade às igrejas apenas na cobrança de impostos. Ou seja, o benefício não inclui contribuições, como é o caso da CSLL ou da contribuição previdenciária. Além disso, não há previsão no Orçamento para conceder perdão aos débitos já acumulados pelos templos religiosos.

A bancada evangélica tem se articulado para incluir, na reforma tributária, a ampliação do alcance de sua imunidade tributária para qualquer cobrança incidente sobre propriedade, renda, bens, serviços, insumos, obras de arte e até operações financeiras (como remessas ao exterior). A avaliação de tributaristas, no entanto, é que a medida não daria às igrejas salvo-conduto para continuar driblando a fiscalização para distribuir lucros disfarçados de renda isenta.

Caso sancione o perdão bilionário às igrejas, o presidente corre o risco de carimbar um selo de 'irregularidade' na análise de suas contas de governo, como mostrou o Estadão/Broadcast. Sozinha, uma irregularidade é uma 'mancha' nas contas, mas o parecer é conclusivo a partir do conjunto da obra, ou seja, o quão grave é o conjunto de eventuais irregularidades constatadas pelos auditores.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem feito reiteradas recomendações e alertas sobre a necessidade de mensurar o impacto de medidas aprovadas no Congresso, independentemente de ser iniciativa do Executivo ou dos próprios parlamentares.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Promulgada lei que destina R\$ 5 bilhões para financiar o turismo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O Diário Oficial da União publicou, nesta quarta-feira (9), a Lei 14.051, de 2020, que abre crédito de R\$ 5 bilhões para financiar o turismo nacional e diminuir os impactos causados pela pandemia da covid-19 no setor.

A lei é originária da Medida Provisória (MP) 963/2020, editada em maio e aprovada sem alterações pelo Congresso Nacional para possibilitar, por meio de recursos sob supervisão do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), a concessão de financiamento ao setor.

Segundo a exposição de motivos do governo, os recursos deverão ser aplicados no financiamento de capital de giro emergencial; no financiamento para investimentos em capital fixo, como bens e equipamentos; obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos e para adaptação às novas exigências do **mercado**.

8% do PIB

De acordo com dados do Ministério do Turismo, o setor

representa em torno de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), emprega mais de 6,7 milhões de pessoas e vem registrando perdas consideráveis com a pandemia, tanto por ter sido o primeiro a ser paralisado como por ser um dos últimos a retomar as atividades normalmente.

O cancelamento de feiras, congressos e convenções, que concentram os maiores orçamentos do turismo e as perdas provocadas pelo isolamento social, que reduziram o fluxo de viagens, levaram o governo a direcionar recursos para evitar a estagnação da **economia** na área.

Promulgação

Por ter sido aprovada pelo Congresso sem alterações, a MP 963/2020 foi promulgada e convertida em lei ordinária pelo presidente da Mesa do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre. Diferentemente do que acontece com projetos de lei ou medidas provisórias alteradas no Parlamento (que passam a se chamar de projetos de lei de conversão), a MP, que manteve seu texto original após a análise de deputados e senadores, não é sujeita à sanção ou veto do presidente da República.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Câmara de Comércio Exterior reduz a zero alíquota de importação de arroz



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da **Economia**, decidiu nesta quarta-feira (9) reduzir a zero - até 31 de dezembro deste ano - a alíquota do imposto de importação para o arroz em casca e beneficiado.

O Comitê-Executivo de Gestão da Camex estabeleceu que a redução está restrita a uma cota de 400 mil toneladas de arroz com casca não parboilizado e arroz semibranqueado e branqueado, não parboilizado.

O objetivo da Camex é reduzir o custo do arroz importado para aumentar a oferta e conter a alta de preços do produto no **mercado** interno.

Atualmente, a alíquota de importação do produto adquirido de países fora do Mercosul é de 10% para arroz em casca e de 12% para o arroz beneficiado. Para países que integram o Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai), a tarifa já é zero, segundo informações do Ministério da **Economia**.

De acordo com o Ministério da Agricultura, de janeiro a agosto, o Brasil importou 417,4 mil toneladas de arroz e exportou 1,153 milhão de toneladas.

Deixe uma resposta

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Nova Lei do Gás Natural reduzirá preços e estimulará a competitividade da indústria



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: BLOG TANGARÁ ACONTECE

O setor de gás natural, considerado estratégico para a **economia** nacional, está prestes a vivenciar a abertura de **mercado** a partir da Nova Lei do Gás Natural. Na última semana, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6.407/2013, prioritário para promover essa abertura. Para debater o 'Impacto da Nova Lei do Gás Natural na Indústria do Rio Grande do Norte', a FIERN realizou, nesta quarta-feira (9/08), uma live com especialistas do setor.

O debate reuniu o presidente do Sistema FIERN, Amaro Sales de Araújo, o deputado federal Laércio Oliveira, relator do PL do Gás Natural; Rogério Manso, presidente da Associação de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGÁS), e Marcelo Magalhães, presidente da PetroReconcavo e da Potiguar E&P, com mediação de Juliana Falcão, especialista em gás natural da Gerência de Infraestrutura da CNI.

A expectativa é que a Nova Lei do Gás gere um

mercado concorrencial e coloque o país em melhores condições para atrair investimentos, reduzir os preços do gás, melhorar a competitividade do produto nacional e gerar empregos. O projeto de lei segue para o Senado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro diz à bancada evangélica que deve vetar parte de perdão a igrejas para não cometer crime



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Diante das resistências da equipe econômica ao perdão tributário às igrejas, o presidente Jair Bolsonaro indicou a parlamentares da bancada evangélica que deve vetar um dos dispositivos que anistiam os templos do pagamento de dívidas com a Receita Federal. A anistia de outra parte dos débitos, porém, ainda está na mesa de negociações.

Bolsonaro explicou aos congressistas que até concorda com o perdão e tinha vontade de sancionar porque vê nas igrejas um importante papel social. Mas o presidente ponderou que não tem amparo jurídico e corre risco de cometer crime de responsabilidade, passível de impeachment, caso sancione a proposta aprovada pelo Congresso do jeito que está.

Um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode anistiar as igrejas do pagamento de quase R\$ 1 bilhão em dívidas com a Receita Federal e ainda isentá-las do pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) daqui para frente. A emenda foi proposta pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho

do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, que tem milhões em dívidas com a União.

A costura neste momento é no sentido de vetar a parte que livra as igrejas do pagamento de CSLL, tanto débitos passados quanto cobranças futuras. Mas ainda há pressão para que a área econômica concorde com a anulação de multas e outras cobranças aplicadas por irregularidades na prebenda, como é chamada a remuneração dos pastores e líderes do ministério religioso.

A sinalização do presidente foi dada em reunião nesta quarta-feira, 9, no Palácio do Planalto. Bolsonaro recebeu o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e parlamentares da bancada evangélica. Um deles era o deputado Marco Feliciano (Republicanos-SP), ligado à Igreja Assembleia de Deus.

A equipe econômica recomendou veto total às medidas, mas vem recebendo pedidos do Palácio do Planalto para desistir da recomendação e admitir ao menos o perdão parcial. O presidente, que tem na bancada evangélica um importante pilar de sustentação de seu governo, promoveu o encontro na tentativa de chegar a um meio-termo para o impasse, que se arrasta há anos.

Bolsonaro foi eleito com o apoio de diversas lideranças evangélicas. Embora se declare católico, o presidente tem uma relação próxima a pastores e igrejas evangélicas. A primeira-dama Michelle Bolsonaro é frequentadora da Igreja Atitude, no Rio.

Três integrantes do primeiro escalão do governo são pastores: a ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e os ministros André Mendonça (Justiça e Segurança Pública) e Milton Ribeiro (Educação).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

A Receita Federal vê por parte das igrejas manobras para burlar a cobrança de **tributos**, inclusive com a distribuição de lucros e remuneração variável a seus integrantes conforme o número de fiéis. As igrejas, por sua vez, alegam que as fiscalizações são indevidas e atuaram, por meio da bancada evangélica, para incluir o perdão num projeto que trata de descontos em precatórios (valores devidos pela União após sentença definitiva na Justiça), sem relação direta com o tema. É esse projeto de lei que agora deve ter alguns dos dispositivos vetados pelo presidente.

O argumento da equipe econômica é que a Constituição prevê imunidade às igrejas apenas na cobrança de impostos. Ou seja, o benefício não inclui contribuições, como é o caso da CSLL ou da contribuição previdenciária. Além disso, não há previsão no Orçamento para conceder perdão aos débitos já acumulados pelos templos religiosos.

A bancada evangélica tem se articulado para incluir, na reforma tributária, a ampliação do alcance de sua imunidade tributária para qualquer cobrança incidente sobre propriedade, renda, bens, serviços, insumos, obras de arte e até operações financeiras (como remessas ao exterior). A avaliação de tributaristas, no entanto, é que a medida não daria às igrejas salvo-conduto para continuar driblando a fiscalização para distribuir lucros disfarçados de renda isenta.

Caso sancione o perdão bilionário às igrejas, o presidente corre o risco de carimbar um selo de 'irregularidade' na análise de suas contas de governo, como mostrou o Estadão/Broadcast. Sozinha, uma irregularidade é uma 'mancha' nas contas, mas o parecer é conclusivo a partir do conjunto da obra, ou seja, o quão grave é o conjunto de eventuais irregularidades constatadas pelos auditores.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem feito reiteradas recomendações e alertas sobre a necessidade de mensurar o impacto de medidas aprovadas no Congresso, independentemente de ser iniciativa do Executivo ou dos próprios parlamentares.

Ministério da Justiça notifica supermercados e produtores por alta nos preços de alimentos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após o presidente da República, Jair Bolsonaro, pedir lucro "próximo de zero" aos donos de supermercados, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ligada ao Ministério da Justiça, notificou nesta quarta-feira (9), empresas e associações cooperativas ligadas à produção, distribuição e venda de alimentos da cesta básica para questionar a alta nos preços dos produtos. De acordo com o documento, todos terão cinco dias para responder aos questionamentos.

Créditos: Taba Benedito/Estadão Conteúdo
Preço dos alimentos foi um dos destaques para a alta da inflação oficial em agosto. O arroz acumula alta de 19,2% no ano

No texto, a Senacon justifica que, "diante do sensível aumento de preços de itens da cesta básica, em especial do arroz, a Secretaria Nacional do Consumidor decidiu notificar o setor produtivo e comercial para esclarecer as causas do aumento nos alimentos que compõem a cesta básica brasileira".

"O aumento de valores foi notado especialmente em relação ao arroz que, apesar dos positivos volumes produtivos da última safra brasileira, informados pela Conab, teve significativo incremento de preços na prateleira", diz outro trecho da notificação.

O intuito da medida, ainda de acordo com a secretaria do MJ, é, após a devida análise, buscar "coibir aumentos arbitrários".

A notificação destaca trecho do Código de Defesa do Consumidor em que considerada uma prática abusiva "elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços".

No prazo de cinco dias, os estabelecimentos deverão informar quais os produtos da cesta básica possuem maior variação de preço no último mês, quais são os três principais fornecedores do produto, qual o preço médio praticado pelos fornecedores nos últimos seis meses, entre outras questões.

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, relacionou, nesta quarta-feira, a alta no preço de alimentos à injeção de recursos na **economia** pelo governo durante a pandemia, como o auxílio emergencial. Segundo ele, as pessoas estão "se alimentando melhor e melhorando as suas casas". "É a questão da lei de oferta e procura. Uma porção de gente comprando porque o dinheiro que o governo injetou na **economia** foi muito acima daquilo que as pessoas estavam acostumadas. Tanto que está tendo grande compra de alimentos e material de construção. Então, as pessoas estão se alimentando melhor e estão melhorando as suas casas. Essas são as duas áreas onde está havendo bastante gasto", disse Mourão a jornalistas.

Segundo ele, o aumento das exportações brasileiras e questões sazonais também influenciam na alta dos preços. "Estamos vendendo bastante para o **mercado**

externo", comentou, citando o caso do arroz. Mourão disse que a área plantada com o grão diminuiu porque os arrozeiros tiveram prejuízo e "o cara muda de ramo. Aí, agora, eles estão replantando. É um momento sazonal, daqui a pouco volta tudo ao normal", declarou.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro demonstrou receio do risco de inflação e pediu "patriotismo" aos donos de supermercados para tentar baixar os preços de produtos que compõem a cesta básica.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Alta vai durar uns meses, depois volta ao normal, diz secretário nacional de Política Econômica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário de Política Econômica do Ministério da **Economia**, Adolfo Sachsida, avaliou que a alta de preços de alimentos, como o arroz, é "transitória e localizada" e não traz risco para o controle da inflação. Confira entrevista ao Estadão.

Como a secretaria vê a alta de preços dos produtos da cesta básica?

É problema localizado transitório na questão dos alimentos. Isso aconteceu, sobretudo porque o governo, no esforço para combater a crise do coronavírus, transferiu parcela importante de recursos de auxílio emergencial aos informais. Era natural que as pessoas gastariam parte desse dinheiro com alimentos. O que é muito bom. A demanda por alimentos aumentou e é que o estamos vendo hoje. A demanda internacional aumentou também. Mas essa é questão de conjuntura. Não me parece ser estrutural.

Há risco de repique da inflação?

Vai aumentar um pouquinho, porque o preço dos alimentos aumentou. Mas quando se olham os índices de inflação, em termos agregados, continuam totalmente sob controle. A inflação continua muito baixa. As pessoas que vão ao supermercado sentem que aumentou, mas é uma alta transitória na questão de alimentos. Isso mostra o acerto da política, porque a pessoa está gastando mais com comida. É natural que o preço dos alimentos tenha um aumento. Era esperado.

Vai demorar quanto tempo para normalizar os preços?

São várias questões. Tem o **mercado** internacional que está pressionando os preços dos alimentos para cima. Tem os programas governamentais de ajuda à população carente. Talvez demore um pouquinho, mas nada que comprometa a estabilidade de preços. Repito: é um choque localizado.

Qual a diferença?

A inflação é uma alta generalizada e recorrente. O aumento que estamos vendo agora não é generalizado, mas localizado em alguns produtos da cesta básica. Vai durar alguns meses e depois retorna à normalidade. O Banco Central tem feito um trabalho excepcional no combate da inflação. Estamos muito seguros disso.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Representante de supermercados diz para brasileiro trocar arroz por macarrão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Sanzovo Neto, afirmou nesta quarta-feira (9), que o produtor deve promover uma campanha para estimular o consumidor a substituir o arroz pelo macarrão. Segundo ele, não há prazo para que o preço do produto seja reduzido no varejo.

"Vamos promover o consumo de massa, macarrão, que é o substituto do arroz. E vamos orientar o consumidor que não estoque (arroz)", disse ele, depois de se reunir com o presidente Jair Bolsonaro, em Brasília, para falar sobre a questão do aumento dos preços dos produtos da cesta básica.

O preço dos alimentos foi um dos destaques para a alta da inflação oficial em agosto. O IPCA ficou em 0,24% - maior porcentual para o mês em quatro anos (mais informações na pág. 6). Dois produtos chamaram a atenção: o arroz, com valorização de 19,2% no ano, e o óleo de soja, que subiu 18,6% no período.

Não é a primeira vez que uma recomendação como

essa é feita para o consumidor. Em 2014, no governo Dilma Rousseff, o então secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Márcio Holland sugeriu trocar o consumo da carne vermelha por outros alimentos mais baratos, como ovos e aves.

Questionado sobre a fala de Bolsonaro nos últimos dias, que chegou a pedir "patriotismo" aos donos de supermercado e para que trabalhem com lucro "próximo de zero", Sanzovo Neto disse ter relatado ao presidente que o setor "já está fazendo isso". "Sempre fizemos isso nos produtos essenciais", declarou o executivo a jornalistas.

O presidente da Abras foi informado pelos próprios jornalistas que a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ligada ao Ministério da Justiça, havia notificado empresas e associações ligadas à produção, distribuição e venda de alimentos da cesta básica para explicar a alta nos preços dos produtos. Ele respondeu ter sido pego de surpresa pela informação. Pela notificação, os empresários terão cinco dias para responder aos questionamentos.

'Vilão'

Sanzovo Neto disse ainda que os mercados não são "os vilões" da inflação da cesta básica e que o problema está ligado ao excesso de demanda, principalmente no exterior, e à falta de oferta. Na prática, isso significa que falta produto e, por isso, o preço aumenta.

"É a lei de **mercado**, é oferta e procura. Se você tem menos produtos sendo ofertados, e no caso foi exportado, muitos dos nossos produtos estão sendo exportados, o produtor prefere exportar porque o câmbio está alto e tem uma receita maior do seu produto", justificou.

Desde a última quinta-feira (3), Bolsonaro vem fazendo apelos públicos para que os donos de supermercados

reduzam margens de lucro e abaxem os preços "por patriotismo". Nesta quarta-feira, ao falar sobre a variação do preço do arroz, que disparou nas últimas semanas, Bolsonaro disse que o governo prepara medidas para encarar a inflação dos alimentos e "dar uma resposta a esses preços que dispararam nos supermercados".

Na reunião ministerial desta quarta-feira, a alta de preços dos alimentos foi o principal assunto da pauta. O presidente disse que, embora tenha preocupação, não vai "dar canetada" - no sentido de uma intervenção nos preços (mais informações nesta página). Segundo Bolsonaro, no seu governo "não tem fiscal do Sarney" porque isso não deu certo no passado e não daria agora, em referência ao grupo de donas de casa mineiras criado em 1983, três anos antes do lançamento do Plano Cruzado pelo presidente José Sarney (PMDB).

Naquele ano, o governo congelou os preços e passou a divulgar a "tabela da Sunab", publicada nos jornais e fixada nos supermercados, mostrando quanto cada coisa deveria custar.

No Palácio do Planalto foi instalado um gabinete para informar o presidente sobre a variação dos preços dos produtos. Esse trabalho já estava sendo feito pelos ministérios da **Economia** e da Agricultura, mas Bolsonaro pediu para acompanhar mais de perto as oscilações dos preços.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Alta vai durar uns meses, depois volta ao normal, diz secretário nacional de Política Econômica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário de Política Econômica do Ministério da **Economia**, Adolfo Sachsida, avaliou que a alta de preços de alimentos, como o arroz, é "transitória e localizada" e não traz risco para o controle da inflação. Confira entrevista ao Estadão.

É problema localizado transitório na questão dos alimentos. Isso aconteceu, sobretudo porque o governo, no esforço para combater a crise do coronavírus, transferiu parcela importante de recursos de auxílio emergencial aos informais. Era natural que as pessoas gastariam parte desse dinheiro com alimentos. O que é muito bom. A demanda por alimentos aumentou e é que o estamos vendo hoje. A demanda internacional aumentou também. Mas essa é questão de conjuntura. Não me parece ser estrutural.

Há risco de repique da inflação?

Vai aumentar um pouquinho, porque o preço dos alimentos aumentou Mas quando se olham os índices de inflação, em termos agregados, continuam

totalmente sob controle. A inflação continua muito baixa. As pessoas que vão ao supermercado sentem que aumentou, mas é uma alta transitória na questão de alimentos Isso mostra o acerto da política, porque a pessoa está gastando mais com comida. É natural que o preço dos alimentos tenha um aumento. Era esperado.

Vai demorar quanto tempo para normalizar os preços?

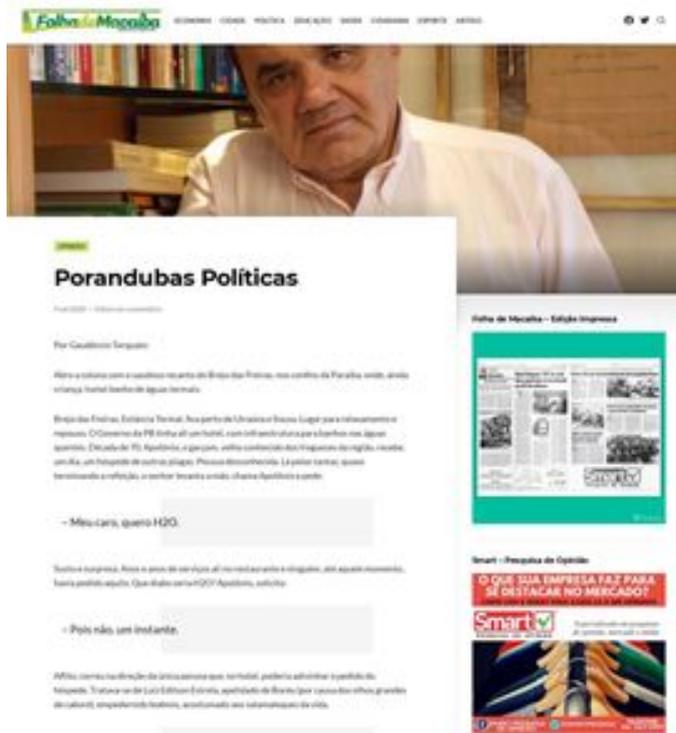
São várias questões. Tem o **mercado** internacional que está pressionando os preços dos alimentos para cima. Tem os programas governamentais de ajuda à população carente. Talvez demore um pouquinho, mas nada que comprometa a estabilidade de preços. Repito: é um choque localizado.

Qual a diferença?

A inflação é uma alta generalizada e recorrente. O aumento que estamos vendo agora não é generalizado, mas localizado em alguns produtos da cesta básica. Vai durar alguns meses e depois retorna à normalidade. O Banco Central tem feito um trabalho excepcional no combate da inflação. Estamos muito seguros disso.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Porandubas Políticas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: tadeufm

Por Gaudêncio Torquato

Abro a coluna com o saudoso recanto do Brejo das Freiras, nos confins da Paraíba, onde, ainda criança, tomei banho de águas termais.

Brejo das Freiras, Estância Termal, fica perto de Uiraúna e Souza. Lugar para relaxamento e repouso. O Governo da PB tinha ali um hotel, com infraestrutura para banhos nas águas quentes. Década de 70. Apolônio, o garçom, velho conhecido dos fregueses da região, recebe, um dia, um hóspede de outras plagas. Pessoa desconhecida. Lá pelas tantas, quase terminando a refeição, o senhor levanta a mão, chama Apolônio e pede:

- Meu caro, quero H2O.

Susto e surpresa. Anos e anos de serviços ali no restaurante e ninguém, até aquele momento, havia pedido aquilo. Que diabo seria H2O? Apolônio, solícito:

- Pois não, um instante.

Aflito, correu na direção da única pessoa que, no hotel, poderia adivinhar o pedido do hóspede. Tratava-se de Luiz Edilson Estrela, apelidado de Boréu (por causa dos olhos grandes de caboré), empedernido boêmio, acostumado aos salamaleques da vida.

- Boréu, tem um senhor ali pedindo H2O. Que diabo é isso?

Desconfiado, pego sem jeito, Boréu coça o queixo, olha pro alto, tenta se lembrar de algo parecido com a fonética e, desanimado, avisa:

- Apolônio, sei não. Consulte o Freitas.

Freitas era o diretor do Grupo Escolar, o intelectual da região. Localizado, o professor tirou a dúvida no ato:

- H2O é água, seus imbecis. Quer dizer água.

Apressado, Apolônio socorreu o freguês com uma jarra do líquido. Depois, no corredor, glosando o feito, gritou em direção a Boréu:

- Ah, ah, ah, esse sujeito achava que nós não sabia inglês. Lascou-se!

O pau que nasce torto?

Não tem jeito, morre torto. O chiste popular é este. E cai como uma luva no presente. Foi só aparecer um feriado para gentes de todas as classes e categorias correrem para as praias e locupletarem as mesas de bares. A pandemia continua e agradece as gigantescas aglomerações formadas no feriadão. Daqui a alguns dias, vamos ver se registramos uma curva ascendente no número de contaminados e mortos, em função da ausência de cuidados nesses dias, ou, quem sabe, veremos a prova definitiva de que Deus é brasileiro e concedeu a graça de afastar do nosso meio essa demoníaca Covid-19. Tenho a impressão de que não

será ainda desta vez que o Misericordioso mostrará ter escolhido nossas plagas como seu habitat terreno.

Itália, Espanha e França

Pois é. Sinalizações mostram que uma segunda onda ameaça tomar corpo em alguns países. Curva voltou a subir em alguns países.

Panorama político

A esfera política indica que aliviará a reforma administrativa, amenizando pontos fixados pela área do Paulo Guedes. Maia e o ministro estarão juntos em live esta semana, apesar da exposta disposição do presidente da Câmara em estabelecer certo distanciamento de Guedes. Mas a política é uma gangorra. Vai e vem. Os parlamentares querem se livrar logo da pauta reformista que chegou ao Congresso para se dedicar à campanha municipal.

Reforma tributária

Apesar do esforço de muitos e da maratona de palestras do Luiz Carlos Hauly, o nosso mestre na frente dos **tributos**, será muito difícil que esta seja levada a cabo nas próximas semanas. Dependerá e muito de equilíbrio e consenso, coisa difícil em matéria de recursos para municípios, Estados e União. A simplificação e a junção de alguns **tributos** em um só, nos moldes de um IVA, parece situação consensuada. A chave da porta está com Rodrigo Maia, hábil na arte da articulação.

Guedes ainda com apoio

Paulo Guedes continua a ser prestigiado pelas forças do chamado **mercado**, que o vê como o perfil mais apropriado para liderar o campo reformista na **economia**. Esse jogo de esconde-esconde, com a participação do presidente Bolsonaro, que disse não ter gostado da ideia de cortar ao meio o auxílio emergencial, parece coisa combinada. É fato que Bolsonaro admira o ministro e vice-versa. Portanto, não se espere que PG peça o boné.

Desce ou sobe

O auxílio de R\$ 300 até o final do ano e a concentração de outros instrumentos que integram o pacote assistencialista no programa Renda Brasil deverão chegar a uma conta que não diminua o montante hoje auferido pelas margens. Questão de vida ou morte para o presidente. O eleitorado carente sabe qual o tamanho do pacote que chega à sua casa. Cortado, Bolsonaro descerá o despenhadeiro. Aumentado, subirá às estrelas.

Lava Jato

Observação da mídia e dos analistas: os políticos, sob a égide do procurador-Geral Augusto Aras, estão apreciando, e muito, a desidratação da operação Lava Jato. Os demissionários procuradores de São Paulo e o afastamento de Deltan Dallagnol foram comemorados por ampla galera. Os advogados criminalistas vivem momentos de confraternização. E apostam que o novo presidente do STF, a partir de hoje, Luiz Fux, contribuirá para a desidratação da LJ. Anote-se que, nos últimos tempos, sob o clima da pandemia e das atividades virtuais dos ministros da Corte, a operação perdeu fôlego, dispersando suas torcidas organizadas e dando lugar a outras preocupações.

R\$ 1 bilhão para credos

Os credos evangélicos viram aprovado um projeto que anula dívidas tributárias acumuladas por eles, com multas aplicadas pela Receita Federal, coisa se R\$ 1 bilhão. Repito: R\$ 1 bilhão. A bancada evangélica faz parte do bastião de defesa e apoio ao presidente, que terá até sexta-feira para sancionar o projeto, de autoria do deputado David Soares (DEM-SP), filho do missionário R.R. Soares. A coisa mais parece um 'toma lá, dá cá'. Para conceder este tipo de anistia, deve estar sobrando muito dinheiro no caixa do Governo.

Enquanto isso?

A chanceler alemã Angela Merkel, líder de uma

potência, uma das pessoas mais poderosas do planeta, não recebe nenhum serviço gratuito do Estado.

Nenhum, repito. Privilégio passa longe do cargo. Nem moradia, luz, água, gás ou telefone grátis. Nenhuma de suas despesas pessoais é paga pelo povo alemão. E ainda, ela não mora em palácio. Qualquer cidadão pode circular pela calçada do edifício de Berlim onde ela e o marido vivem.

Impeachment

O impeachment do governador Wilson Witzel obedece aos ritos processuais apropriados. A previsão é que as sessões se estendam até dia 17 deste mês, completando as cinco necessárias. Caso dois terços dos 70 deputados, ou 47 votos (ele teria uns 15 votos), decidam pelo recebimento da denúncia, o governador ficará duplamente afastado - pelo STJ e pela Alerj - e será julgado por um tribunal misto, formado por cinco desembargadores e cinco deputados. O grupo, presidido pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RJ), dará a palavra final sobre a perda de mandato do governador. O prazo para a conclusão dessa fase de julgamento é de 180 dias.

Mais uma leva

Há pelo menos seis governadores sob a mira do MP, acusados de terem autorizado 'operações ilícitas' na aquisição de equipamentos para combater a pandemia. Os desvios teriam chegado a 4 bilhões de reais; ações estão em curso em alguns Estados. Difícil imaginar que aconteça o impeachment de mais governantes.

Polarização na campanha

Nas capitais e grandes cidades a campanha municipal tende a ser polarizada, com a expressão e atitudes agressivas entre grupos bolsonaristas e opositoristas. Nas pequenas cidades e localidades do interior do país, a campanha vivenciará o velho clima de atendimento de demandas, favores e recompensas.

Sola de sapato

Mesmo sob o temor que ainda provocará a pandemia, nos meados de novembro, os candidatos deverão gastar muita sola de sapato para se fazerem conhecer. O eleitor está desconfiado.

Perfil pessoal

A identidade do candidato - quem é, quem foi no passado, o que fez e faz, seu pensamento, sua palavra - será mais importante que o seu partido, que deverá ficar escondido na campanha.

Saúde

A saúde, por motivos óbvios, será o tema central da campanha. A falta de equipamentos hospitalares dará o tom maior.

Minorias

Veremos uma campanha em que a defesa das minorias encampará discursos de candidatos. As mulheres, por sua vez, comporão em grande número as indicações de chapas majoritárias, como cabeça de chapa ou na condição de vice.

Recursos

É possível prever uma avalanche de acusações e denúncias sobre recursos que foram mal distribuídos, ou distribuídos injustamente, desvios de finalidade, falta de critérios etc.

Fake news

Fiscais, auditores e juizes de Tribunais Regionais Eleitorais trabalharão muito mais para coibir os abusos a serem cometidos nas redes sociais, principalmente prováveis ondas de fake news.

A base e os 2 andares acima

Deverão ser eleitos 5.570 prefeitos e quase 60 mil vereadores. Este ano, pela primeira vez, candidatos ao cargo de vereador não poderão concorrer por meio de

coligações. O fim delas na eleição proporcional foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio da reforma eleitoral de 2017. Com isso, o candidato a uma cadeira na Câmara Municipal somente poderá participar do pleito em chapa única dentro do partido ao qual é filiado. Esses vereadores formarão a base do edifício político, a ser completado com os dois andares a serem construídos em 2022, com a eleição de 27 governadores, 27 senadores (que se somarão aos 54 eleitos em 2018), 513 deputados Federais e 1.059 deputados estaduais, presidente da República e vice.

Mais de um milhão

A campanha deste ano, em face da proibição de coligações proporcionais, deverá ter mais de um milhão de candidatos que poderão ser apresentados por 33 partidos.

Fecho a coluna com Pero Vaz de Caminha.

A malandragem

Não são poucos os que identificam a malandragem no Brasil com o princípio de nossa história. Eis o finalzinho da Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei de Portugal.

'E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, pois o desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez por assim pelo miúdo.

- E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer graça especial, mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro - o que dela receberei em muita mercê.'

E conclui Caminha: 'Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro de Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500. Pero Vaz de Caminha.'

Um pedido aqui, um trololó acolá e uma dose de

bajulação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Salário é baixo no topo da carreira, avalia Paulo Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, criticou ontem os 'salários baixos' no topo da carreira do funcionalismo e estimou que a reforma administrativa, com mudanças na forma como os servidores são contratados, demitidos e promovidos, enviada pelo governo ao Congresso Nacional na semana passada, pode garantir uma **economia** de quase R\$ 300 bilhões aos cofres públicos em dez anos.

Segundo ele, a reforma tem como focos o aumento da produtividade no setor público e a digitalização dos serviços.

Guedes defendeu aumento dos salários no topo de carreira para valorizar a "meritocracia": "Acho um absurdo que os salários da alta administração são muito baixos. Vai ser difícil reter funcionários de qualidade no serviço público. Tem de haver uma enorme diferença de salários, sim, na administração pública. (O ex-secretário do Tesouro Nacional) Mansueto Almeida ganhava só 20% acima de um jovem que acabou de entrar num concurso do Judiciário".

"Nós deveríamos ser mais 'meritocráticos' nisso. A

Presidência da República, o Supremo têm de receber muito mais do que recebem hoje pela responsabilidade do cargo, pelo peso das atribuições, pelo mérito em si para poder chegar em uma posição dessas", disse Guedes ontem em evento da faculdade IDP. Pela lei, nenhum **salário** do funcionalismo pode ser maior que o dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje de R\$ 39,2 mil.

O ministro também argumentou que as progressões de carreiras no serviço público devem se dar por meritocracia, e lembrou que ficará a cargo de cada categoria regulamentar critérios de tempo para estabilidade e regras de avanço nas carreiras. Os projetos para regulamentação das carreiras serão enviados apenas nas fases posteriores da reforma. "Progressões de carreira no serviço público têm de vir por meritocracia. Só colocamos a arquitetura geral da reforma, cada carreira vai regulamentar", disse.

A primeira fase da reforma ainda não prevê mudanças na remuneração - a intenção é que uma proposta que reduza salários iniciais e alongue o tempo necessário para conseguir aumentos seja encaminhada posteriormente. O projeto prevê o fim da progressão automática na carreira por tempo de serviço, possibilita a contratação temporária e facilita a demissão para servidores que não estejam em carreiras típicas de Estado.

"O presidente (Bolsonaro) pediu que a reforma administrativa não atingisse direitos adquiridos, porque as pessoas fizeram concurso, contratos. Por outro lado, ele nos autorizou a trabalhar profundamente sobre o futuro. Fizemos visão de futuro construtiva, com aumento de produtividade e digitalização."

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Esperança para o semiárido



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Garibaldi Filho

Ex-senador

Gostaria de mais uma vez fazer junto com vocês um reflexão sobre o tema dos recursos hídricos no nosso estado.

O semiárido nordestino tem o ritmo de suas atividades profundamente relacionado com o ciclo das chuvas e da intensidade anual de cada quadra chuvosa. É umbilical a relação dos habitantes da região com perspectiva do próximo inverno. É muito comum, mesmo por parte daqueles que hoje habitam Estados do sul do país, ao entrarem em contato com parentes daqui, iniciarem a conversa perguntando 'e então, chove por aí?'

Interessante é que diferente da percepção dos que vivem em áreas de alta pluviosidade que se referem à dias de chuva como dias em que o tempo está feio, a resposta do conterrâneos que continuam por aqui, bem poderá ser: tudo bem, graças a Deus! o tempo esta bonito para chover'.

Infelizmente a presença de anos secos, às vezes mais

de um, não é novidade para os vivem no nordeste. Sequências aleatórias, no tempo e no espaço, de anos de boas chuvas e anos de severa escassez hídrica, fazem parte da nossa natureza confundindo e dificultando a sustentabilidade das atividades produtivas e um melhor ordenamento da ocupação do território. Não obstante, a tenacidade e capacidade adaptativa do homem do campo aliadas às características singulares da caatinga, esse bioma extraordinário de uma resiliência sem par, tornaram possível o estabelecimento de atividades agropecuárias na região.

Todavia, o período 2011/2018 protagonizou a pior estiagem da história recente afetando drasticamente a **economia** regional, incidindo principalmente sobre o setor agrícola que é o pilar do sustento do sertanejo, e a partir daí, toda a cadeia produtiva. especialmente nos seus extratos mais pobres.

Felizmente, a partir de 2019 a situação começou a mudar e o ano de 2020, marcou o fim desse ciclo. A quadra chuvosa foi generosa e os reservatórios se recuperaram progressivamente. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, nosso maior manancial, superou a marca dos sessenta por cento de sua capacidade. A pastagem brotou farta e safra deste ano foi uma das maiores já registradas.

A perspectiva para os próximos anos é positiva e se espera uma sequência de anos de boas precipitações o que contribuirá para a completa recuperação da açudagem. Já é possível retomar a produção. Na verdade, isso está acontecendo. Como exemplo, a região do Seridó produz no momento cerca de duzentos mil litros de leite por mês, o que permite uma conhecida produção de queijo e proporciona a criação de cerca de quatro mil empregos diretos e indiretos.

Todavia poderemos ir muito além. A chegada das águas transpostas do Rio São Francisco, na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas Açú, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, está prevista para segunda metade de 2021 garantindo a

partir daí a tão sonhada segurança hídrica descortinando um novo e auspicioso horizonte. Antevejo, portanto, um cenário positivo palco de um tempo de desenvolvimento acelerado. A irrigação é, certamente, a atividade produtiva de maior potencial para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, dada suas condições especiais de clima, solo terras e posição geográfica em relação aos grandes consumidores do **mercado** mundial. Presentemente, grandes empreendimentos de irrigação estão em operação no Estado, com comprovado sucesso, porém a expansão do setor, como desejada, está limitada pela carência de garantia hídrica, gargalo esse que estará superado pela transposição.

Sinto-me especialmente gratificado com essa conquista pois no uso dos meus mandatos políticos dediquei especial energia na luta para a viabilização dessa grande obra.

Contudo, ainda de acordo com informação do MDR, a entrada referente à Bacia Hidrográfica do Rio Apodi, o chamado Ramal do Apodi, ainda não foi iniciada. Quero aqui, portanto, renovar a importância estratégica dessa obra para o futuro do RN. É preciso unir as forças políticas do Estado, para mais além das ideologias, de forma a junto com Ministro Rogério Marinho encontrar caminhos para, mesmo em tempos de restrição fiscal, garantir recursos para implementação dessa obra redentora.

Quero terminar trazendo uma palavra de otimismo e esperança de que um novo capítulo será escrito no semiárido potiguar nos próximos anos.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Casa própria ainda é aspiração da classe média, dizem especialistas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Como será o **mercado** imobiliário de Natal no pós-pandemia do novo coronavírus tem sido um exercício de paciência e imaginação para muita gente disposta a investir em imóveis diante da queda das taxas de **juros**.

Sem a divulgação dos resultados da Conferência Final do Plano Diretor da Capital, suspensa recentemente pela 6ª Vara da Fazenda Pública de Natal ao acatar pedido do Ministério Público Estadual, essa questão ficou ainda mais complicada.

O MP apontou falhas na segurança do processo de votação virtual e uma nova reunião para avaliar essa situação foi marcada para o próximo dia 14, segunda-feira.

'No momento, não há como fazer qualquer previsão de quando esse processo será, até que a justiça se pronuncie sobre a ação impetrada pelo Ministério Público', afirmou nesta quarta-feira, 9, o empresário Francisco Ramos, ex-diretor de **mercado** imobiliário do Sinduscon RN, que acompanha no detalhe todo o processo.

Segundo ele, isso atrapalha a previsão de uma retomada dos negócios de compra e venda de imóveis e lançamentos futuros ainda para este ano. 'A conclusão do processo do plano diretor era esperada para ocorrer ainda no primeiro trimestre, e agora não sabemos quando isso ocorrerá', resume.

No entanto, ele afirma que as vendas dos estoques de imóveis estão intensas, sobretudo pela redução das taxas de **juros** de financiamento imobiliário e pela queda da rentabilidade das aplicações financeiras provocadas pela redução, ao mínimo histórico, da taxa Selic.

Mas reconhece que ainda persistem muitas dúvidas sobre uma retomada da **economia** como um todo. 'Ainda não podemos vislumbrar um horizonte onde teremos a volta plena das atividades econômicas e isso termina atrapalhando o planejamento dos futuros lançamentos', analisa.

Sobre o atual perfil potencial de compradores de imóveis em tempos de pandemia do novo coronavírus, Francisco Ramos afirma que eles têm um perfil diversificado. 'Teremos que observar melhor as novas demandas que surgirão no pós-pandemia para aplicar mudanças nos futuros empreendimentos, considerando a nova demanda provocada pelo afastamento social, onde novas necessidades do consumidor devem ser observadas', afirma.

Mas ele arrisca alguns palpites. 'O que se comenta é que os imóveis, quando possível, devem prever uma área onde o morador possa desempenhar sua função profissional sem ter que sair de casa. Mas isso tem que ser observado com mais cuidado após sairmos dessa pandemia, já que o que é uma necessidade agora, pode ser que não venha a se tornar uma regra'.

Sobre a revitalização de áreas como a Praia do Meio muito debatida durante o processo de discussão do Plano Diretor de Natal, o empresário diz que 'tudo vai depender de como serão aprovadas as diversas

propostas colocadas pelos segmentos da sociedade que participaram da revisão do Plano Diretor'.

E acrescenta: 'Caso as regras sejam incentivadoras, essas revitalizações deverão ocorrer, caso contrário, deverão permanecer da mesma forma como está'.

Para o diretor de Política Ambiental do Sindicato da Construção no RN, Hugo Frederico Farias de Medeiros, no entanto, uma coisa é certa: enquanto o governo não acertar uma política pública de moradia popular ao estilo do 'Minha Casa, Minha Vida', a demanda será ditada pela classe média e alta, conservadora do ponto de vista de investimento e insatisfeita com a baixa rentabilidade de suas aplicações fixas.

Segundo ele, a grande massa da população brasileira, que poderia estar engrossando esse **mercado** e onde há uma grande demanda reprimida, foi justamente a que mais sentiu os efeitos econômicos da pandemia. 'É uma camada mais vulnerável à perda de emprego e que realmente foi alijada dessa corrida, quando existem boas ofertas no **mercado** imobiliário'.

Mesmo assim, Hugo Farias acredita que, num segundo momento, dadas as condições de redução da taxa de **juros**, o grande público será incluído num programa habitacional mais ambicioso e responderá prontamente a este chamado.

Para ele, outra tendência importante dos atuais e futuros lançamentos imobiliário é a incorporação do home office. 'Alguns lançamentos em Natal este ano já trouxeram essa novidade produzida por uma questão de saúde da população, mas que muito provavelmente vá continuar a partir de uma nova cultura por parte de muitas empresas', acrescenta.

Sobre futuros empreendimentos imobiliários na Praia do Meio, Hugo joga a toalha. Ele não acredita em investimentos relevantes por parte de **mercado** para aquela área, para qual existe, segundo ele, uma 'forte pressão' por parte de movimentos populares e da Universidade para que tudo continue igual. Além disso, completa, não há grandes investimentos previsto para a

região, pelo menos por enquanto.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA